



## **1. INTRODUÇÃO: UMA CAMINHADA CONSTRUÍDA AO CAMINHAR.**

No primeiro capítulo, apresentarei a trajetória da vida da escritora Virgínia Tamanini, ressaltando o caráter autodidata de sua formação e o *devir-mulher* de sua existência, marcada por superação de limites, enfrentamento de barreiras impostas pelos padrões dominantes – ser homem, macho e cidadão – da sociedade de seu tempo.

No segundo capítulo, trabalharei o contexto histórico da imigração italiana para o Espírito Santo ressaltando os fatores de atração e de repulsão da grande imigração e discutirei o conceito de desterritorialização dentro desse contexto.

No terceiro capítulo, apresentarei o contexto da longa viagem e a chegada dos imigrantes na terra do Espírito Santo. Detalharei a imigração italiana expressa em dados estatísticos e discutirei os conceitos de devir, rizoma e desterritorialização, ressaltando os devires expressos no romance e a própria obra enquanto devir.

No quarto capítulo, trabalharei a ideia do romance *Karina* enquanto literatura de testemunho, mostrando seu caráter agonístico e também evidenciando seu valor como documento histórico, através de relatos das primeiras levas de imigrantes que aportaram em terras capixabas.

No quinto capítulo, apresentarei a ideia do romance *Karina* enquanto literatura menor, tendo como ponto de partida as ideias de Deleuze e Guattari, expressas em *Kafka para uma literatura menor*. Nesse capítulo discutirei o caráter de desterritorialização do romance, o agenciamento coletivo de enunciação presente em seu contexto e o sentido político da obra. Como pano de fundo, discutirei o contexto das pioneiras da literatura feminina capixaba e o seu caráter de literatura menor.

No sexto capítulo, apresentarei o contexto da tradução para o italiano do romance *Karina*, em 1980. Contarei a história desta tradução e os inúmeros dilemas deste

processo tradutório e, por fim, ressaltarei como esta tradução não capturou o sentido de literatura menor da obra, não contemplou a desterritorialização da mesma, os devires e o agenciamento coletivo de enunciação.

Na conclusão desta dissertação, retomarei os conceitos de literatura menor, desterritorialização, devir e rizoma. Discutirei a questão da italianidade capixaba, problematizando os aspectos de realidade e de mito desta questão. Ressaltarei a imigração enquanto devir e discutirei a italianidade codificada que, portanto, perdeu a potência de devir.

## **2. CAPÍTULO I: VIRGÍNIA TAMANINI: A POTÊNCIA DO DEVIR-MULHER.**

Virgínia Gasparini Tamanini nasceu em 4 de fevereiro de 1897, na fazenda Boa Vista, no Vale de Canaã, município de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, sexta dos sete filhos de Epifânio Gasparini e Catarina Tamanini Gasparini, ambos nascidos na Itália e vindos, como imigrantes, para o Brasil, em 1875. Os pais imigrantes vieram da região do Trentino-Alto Ádige, da comuna de Mattarelo e chegaram ao Espírito Santo em 27 de dezembro de 1875, com o destino inicial para a região de Santa Leopoldina. A origem do sobrenome Tamanini é bastante interessante e existem algumas hipóteses:

A primeira é aquela que considera o sobrenome Tamanini originário de Tamia, termo italiano usado para identificar um local de esquilos, terra dos esquilos. O esquilo é um animal ativo e certamente o portador deste atributo foi assim apelidado, originando o sobrenome Tamanini. A segunda hipótese é que a palavra Tamanini pode ter sido derivada do lugar de onde surgiu: de um lugar italiano chamado “Tamanone”, localizado próximo de Turim (Torino em italiano) e à margem da França. A terceira hipótese levanta a possibilidade de o sobrenome Tamanini ser de origem judaica: “Tha-man”, “Taman”, “Tamanin”, “Tamanini”. A família judaica Thaman teria modificado o nome aos poucos, para fugir das perseguições.

Virgínia Tamanini foi criada em fazenda, onde aprendeu as primeiras letras e adquiriu alguns conhecimentos equivalentes ao ensino elementar da época, através de professores particulares. Poucos eram os pais, no interior do estado, que podiam e entendiam a importância de colocar os filhos para estudar fora do estado. O pai de Virgínia entendia e podia. Colocou dois dos filhos: Pedro, o mais velho dos homens, e Américo, o mais dedicado, para estudar no Rio de Janeiro. Pedro fugiu do colégio, habituado à liberdade da fazenda e ao convívio com a natureza, não resistiu à disciplina do internato. O outro, Américo, ficou e se tornou bacharel em Ciências Jurídicas, posteriormente projetou-se como um dos grandes advogados em Belo Horizonte.

Mais tarde, Virgínia Tamanini também prosseguiu os estudos no Rio de Janeiro, sob a orientação de seu irmão Américo, que cursava a Faculdade Nacional de Direito, sendo que, depois de um ano, morando na casa de uma família portuguesa, Virgínia vivenciou uma situação de atrito com o irmão, devido à rigidez do mesmo, por causa das atividades de matemática que a irmã não conseguia cumprir a contento. Dessa forma, o Rio de Janeiro perdeu Virgínia Tamanini e a jovem regressou à casa paterna.

Em 18 de setembro de 1915, aos dezoito anos, casou-se em Santa Teresa, com Lourenço Tamanini, seu primo. Ele teria um papel fundamental no estímulo aos estudos e a dedicação às letras, coisa rara para os padrões machistas e patriarcais da época. Casou-se com o amado primo Lourenço e foi morar na localidade chamada “Vinte e Cinco de Julho”, alugando uma casa num entroncamento para onde convergiam as estradas e os caminhos de quase todos os colonos da região. Foi no “Vinte e Cinco de Julho” que Virgínia Tamanini começou a escrever, aproveitando as longas horas que ficava sozinha em casa, enquanto o marido, à cavalo, percorria as lavouras.

Autodidata persistente, continuou nos seus esforços por instruir-se, dedicando todos os momentos de lazer ao estudo e à leitura. Desde cedo revelou inclinação para as letras, tanto que, ainda muito jovem, escreveu um romance folhetim *Amor sem Mácula* (1923), publicado em capítulos semanais no jornal *O Comércio*, de Santa Leopoldina, usando o pseudônimo de Walkyria. Tal publicação ocorreu por força e obra de seu cunhado Orlando Bonfim, jornalista, escritor e político. Foi o primeiro grande estímulo às publicações da jovem escritora que, modestamente, dava os primeiros passos.

Com a prosperidade nos negócios do café, Lourenço decidiu mudar com toda a família para o Vale do Rio Doce, na região da atual Itapina, situada a meia encosta e não ao nível do rio, num trecho em que esse faz uma curva suave abrindo-se na direção normal ao plano onde sopra o vento do mar, não tinha praga de nuvens de pernalongos e o lugar era arejado. Pouco tempo depois inaugurou luz elétrica, serviço de água encanada, água pura e fresca de fonte, captada da serra e não do Rio Doce. O lugarejo cresceu e progrediu, por sua estação ferroviária escoava as

safras de café, depois vieram às pontes sobre o Rio Doce e as novas estradas. Em Itapina, Virgínia Tamanini voltou a escrever, produzia teatro e já enviava, pelo correio, para Vitória, poemas que eram publicados na revista *Vida Capichaba*. Tão logo se desenhou o declínio de Itapina, Lourenço e Virgínia Tamanini mudaram-se para Vitória e a atividade cultural da escritora tornou-se mais intensa.

Produziu em 1929, 1930 e 1931 peças teatrais (*Amor de mãe, Filhos do Brasil, O primeiro amor e Onde está Jacinto?*) levadas à cena com sucesso. Grande humanista, teve ampla atuação na vida literária e cultural do Espírito Santo, principalmente na primeira metade do século XX. Ingressou na Arcádia Espírito-Santense, em 1944, e na Associação Espírito-Santense de Imprensa, em 1946. Fundou, em 1949, juntamente com outras escritoras, a Academia Feminina Espírito-Santense de Letras. Antes disso, participou da Quinzena de Arte Capixaba, realizada em Vitória, em 1947, organizada por Augusto Lins. Encenou e dirigiu, no Teatro Carlos Gomes, a peça francesa *Cristina da Suécia*, adaptada do original francês, em 1947. Também em 1947 foi eleita, por concurso, a melhor poeta do Espírito Santo.

A intensa participação de Virgínia Tamanini na vida cultural do estado pode ser constatada pela publicação de seus sonetos na revista *Vida Capichaba*. Na edição de 15 de março de 1947, na página 18, publicou o soneto *A loteria do amor*, que continha uma visão crítica do casamento, bastante incomum para uma mulher daqueles tempos conservadores e machistas. Virgínia Tamanini, autodidata, foi potência do devir-mulher numa realidade falocêntrica, rompeu as barreiras da não escolarização e superou as barreiras de seu tempo. Assim se expressava Virgínia sobre a velha loteria do casamento:

É o casamento, velha loteria  
Espécie de balcão iluminado  
Onde o bilhete, às vezes, sai premiado,  
Depende se tiver sorte nesse dia.

Quantas vezes, porém, a maioria,  
Vive a chorar por êsse passo dado,  
E os corações vivendo lado a lado  
Vão suportando intérmina agonia.

E assim prosseguem numa luta inglória,  
O tempo inútil de uma triste história  
Presos à angustia desse mal atrás.

Um erro quase sempre é remediável,  
Mas, persistir no erro, é condenável,  
Mórmente se o remédio existe em nós.  
(Vida Capixaba, 1947, p. 18 )

A autora era católica e de uma família tradicional, vivendo na realidade de uma sociedade conservadora e machista. Ela coloca “o bom casamento como bilhete premiado”, mas por outro lado, quantas vezes “os corações vivem lado a lado” em intérmina agonia e ainda “presos à angústia desse mal atrás”. As referências à infelicidade de inúmeros casamentos, mesmo que ao final, a autora estivesse amenizado com o “remédio existe em nós”, era uma visão crítica do casamento ou “o erro condenável”. Esse poema foi uma expressão da potência do devir-mulher desta escritora que, em palavras simples e precisas, representava, a seu modo, um agenciamento coletivo de enunciação.

Em 1948, montou e dirigiu outra peça francesa, *Atala, a última druidesa das Gálias*. Em 1949 publicou *O mesmo amor nos nossos corações*, seu segundo livro de poemas, pela Edições Calazans, de Minas Gerais. Em 1953, traduziu do italiano o romance de aventuras de Rafael Sabatini, *Lê noce de Corbal* (As núpcias de Corbal).

Em 1964, publicou *Karina*, seu primeiro e mais importante romance. Certamente, o romance capixaba que rompeu as fronteiras do Espírito santo, sendo publicado em quase duas dezenas de edições nacionais e uma edição italiana de março de 1980, promovida pelo Museo Degli Usi e Costumi Della Gente Trentina S. Michele All’Adige. *Karina*, por certo, foi a obra que eternizou Virginia G. Tamanini, além de ter sido relatório e documento de uma época, testemunho histórico, que registra com pormenores a vida cotidiana dos imigrantes italianos no Espírito Santo, nas primeiras levas da imigração peninsular. *Karina* foi uma obra marcada pela singularidade, assim como foi singular a sua autora, uma mulher que rompeu barreiras e se tornou artista, escritora e agitadora cultural, numa época em que as mulheres eram “condenadas à ignorância” e ao papel de “rainhas do lar”.

Ressaltando a importância de Virgínia G. Tamanini no contexto da literatura capixaba, destaco o texto do professor e escritor Francisco Aurélio Ribeiro, *A Literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica*, que ao referir-se a autora enfatiza:

A principal escritora do Espírito Santo e a mais popular, foi Virginia Gasparini Tamanini (1897-1990), filha de imigrantes italianos de Santa Teresa. Publicou seu primeiro romance-folhetim no jornal *O comércio*, de Santa Leopoldina, de 1922 a 1923 [...] Atuou na vida cultural de Vitória, ativamente, tendo dirigido e encenado peças de teatro, no Teatro Carlos Gomes.

Em 1964, publica sua obra mais conhecida, *Karina*, romance narrado em primeira pessoa e que tem como cenário as regiões colonizadas por italianos, em Santa Teresa. Traduzido na Itália, em 1980, depois de várias edições em português, *Karina* sai como encarte do Jornal *A Gazeta*, no projeto *Nosso livro*, numa tiragem de mais de 40.000 exemplares em dezembro de 1994 (RIBEIRO, 1996, p.46).

Virgínia Tamanini pertenceu às seguintes entidades culturais: Academia Feminina Espírito-Santense de Letras, como patrona da cadeira nº 3, onde foi a primeira diretora artística; participou da Associação Espírito-Santense de Imprensa e foi sócia correspondente da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul. Ainda recebeu o título de cidadã honorária de várias cidades capixabas, e é nome de Rua em Ibirapu-Es. Também foi agraciada com a Ordem do Mérito Marechal José Pessoa, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, no grau de comendador.

Seu segundo romance, *Estradas do homem* (1977), tem uma temática semelhante ao primeiro livro. Seu último livro foi *Seiva, aforismos e pensamento*, publicado em 1982, fruto de uma longa experiência de vida e enorme sensibilidade. Dentre os seus pensamentos, destacam-se: “um dos venenos da vida é a importância que damos a coisas sem importância”. Ou, “Nosso maior erro é achar que o mesmo erro nos outros é mais grave”.



Em 1979, ano internacional da criança: seu poema *criança pensa* foi premiado com menção honrosa em concurso promovido pela Academia Internacional de Letras. Desse concurso participaram poetas das Américas e da Europa. Em 1980, na Galeria Homero Massena, a Fundação Cultural do Espírito Santo promoveu a exposição individual de pinturas suas e neste mesmo ano a Fundação Cultural do Distrito Federal promoveu uma exposição de suas pinturas.

Em 1986, ocupou a cadeira nº 15 da Academia Espírito-Santense de Letras, cujo patrono é José Colatino do Couto Barroso, sendo a terceira mulher a ter lugar na academia. A primeira foi a deputada Judith Leão Castelo Ribeiro, em 1981, a segunda foi Neida Lúcia Moraes e aos 89 anos, Virgínia G. Tamanini assume a cadeira nº 15.

Em 18 de outubro de 1990, aos 93 anos, em Vitória, morreu Virginia G. Tamanini, em consequência de uma pneumonia. O filho da escritora, Fernando Tamanini, contou, em matéria publicada em *A Gazeta* no dia 19 de outubro de 1990, que sua mãe contraiu pneumonia no pós-operatório de uma cirurgia de fêmur, a fratura foi em função de uma queda dentro de casa (conforme Anexos 1 e 2). Virgínia G. Tamanini foi a matriarca de uma família de 6 filhos, 32 netos, 40 bisnetos e 5 tetranetos.

Mais de 200 intelectuais e amigos compareceram ao enterro da escritora. De acordo com parentes, mesmo aos 93 anos, ela se manteve lúcida até o fim. Conforme matéria de *A Gazeta*, publicada em 20 de outubro de 1990, estiveram no enterro vários colegas da Academia Espírito-Santense de Letras, como o presidente José Moisés, Orlando Moraes, Carlos Campos, Christiano Dias Lopes e Renato Pacheco. Para o professor e também escritor Renato Pacheco, “Virgínia Tamanini foi a grande dama das letras capixabas”, o ilustre professor destacou o fato de Dona Virgínia ter começado a escrever, e a publicar, numa época em que as mulheres não eram afeitas à intelectualidade. “consta que ela era de uma família de intelectuais, irmã de Américo Gasparini, eminente advogado em Belo Horizonte, parente também de Orlando Bomfim (avô do ex-diretor da TVE) que chegou a ser o terceiro homem do Partido Comunista”, revelou Renato Pacheco. O professor lembrou, inclusive, do lançamento dos dois últimos livros de Dona Virgínia, em 1982, no Hotel Vitória

Palace, com uma grande festa que contou com a presença do ator Rubens de Falco, que a homenageou com a leitura de alguns poemas. Numa entrevista a Fernando Tatagiba, em 1977, a escritora contou que o estímulo de Bilac foi decisivo para que ela embrenhasse pela literatura. Ela, por muitas vezes, foi indicada para uma vaga na Academia Espírito-Santense de Letras, mas sempre recusou. Acabou aceitando, em 1986, e ocupou a cadeira número 15. Em seu discurso de posse na academia, do alto de seus 89 anos, em 10 de junho de 1986, Virgínia Tamanini ressaltou a potência da língua portuguesa, agradeceu a todos aqueles que contribuíram em sua trajetória literária e destacou o patrono da cadeira número 15 (conforme anexo 6):

Da cadeira número 15, que hoje venho ocupar, o patrono, Colatino Barroso, é uma figura que marcou presença no estado, não por haver se destacado na política ou na administração pública, como outros que honram o patronato da academia, mas exclusivamente por seu valor intelectual e moral. Sua vida foi plena, na humildade com que soube aceitar as dificuldades e o sofrimento; na renúncia silenciosa aos próprios sonhos para que o irmão pudesse realizar os seus; na dignidade com que enfrentou a pobreza em que sempre viveu; na beleza da obra literária que produziu, a despeito de a vida lhe ter sido tão madrasta (TAMANINI, 2006, p.10).

Nos últimos anos, Virgínia Tamanini vinha se dedicando mais à pintura. Era uma primitivista, mantendo-se fiel ao mundo em que foi criada: fazendas de café, Vale do Canaã e outras paisagens (conforme anexo 4).

Virgínia Tamanini marcou profundamente a história de Santa Teresa e foi reconhecida pela comunidade local. Filha ilustre da terra, foi homenageada pela Câmara Municipal da cidade com a “Comenda Virgílio Lambert”. A solenidade com a presença dos filhos Fernando Tamanini, vindo de Brasília, e Virgínia Tamanini Filha, vinda dos Estados Unidos, ocorreu no dia 21 de junho de 2011. Neste evento (conforme anexo 5) tive a oportunidade de testemunhar o emocionante discurso do filho Fernando Tamanini, que descreveu comovido e comovendo aos ouvintes, os últimos momentos da mãe:

Na manhã daquele dia em que minha mãe morreu, pude sentir, ao lado do seu leito, segurando suas mãos, o exato momento em que Deus a levou. De repente nossas mãos não mais se estreitavam, não mais transmitiam mensagem nenhuma, apenas se tocavam. Penso que Deus me concedeu estar ao lado de minha mãe na hora da verdade, aquecendo suas mãos com as minhas mãos, porque ele tudo sabe, tudo vê e tudo julga. E na penumbra do quarto ali estava aquele corpo, sem forças, sem gestos, sem

luz. Onde os anseios e a ambição de outrora? Os novos projetos? Os sonhos e as novas manhãs? [...] O vazio que sinto na alma desde então, não alcança consolo sequer na recordação de que as últimas palavras que disse foram meu nome, pouco antes que os médicos, na tentativa de prolongar-lhe a vida, adotassem medidas que a impediriam de falar durante suas últimas horas.

Para verificar se a doente continuava lúcida, a enfermeira lhe perguntou: como é o seu nome? Ela respondeu com voz fraca, mas firme: Virgínia Tamanini. E esse aí ao seu lado? Meu filho, Fernando Tamanini.

Nada mais pode dizer, até morrer.

E eu que sempre a supusera imortal, indestrutível, eterna.

Imortal, indestrutível, eterna como assim ainda dela me recordo nesta noite (TAMANINI, Fernando, 2011).

Naquela noite úmida de inverno, em Santa Teresa, tive a oportunidade de registrar o depoimento de um filho que relatava a morte da mãe, tão venerada pela família e tão querida pelos capixabas.

### 3. CAPÍTULO II: OS FATORES DE EXPULSÃO E DE ATRAÇÃO DA GRANDE IMIGRAÇÃO.

No romance *Karina*, de Virginia Tamanini, a autora retrata a saga de milhares de imigrantes italianos da primeira geração que vieram para a província do Espírito Santo. No primeiro capítulo, intitulado “Um tal Tabachi”, Virginia Tamanini relata a história de sua família, oriunda do norte da Itália, no contexto da primeira leva de imigrantes para o Espírito Santo, sob concessão dada a Pietro Tabachi, pelo decreto imperial 5.295, de 31 de maio de 1872. Por esse instrumento, Tabachi se comprometia a introduzir 700 imigrantes, no município de Santa Cruz, em terras a ele concedidas e por ele denominadas Nova Trento, em homenagem à cidade de seu nascimento.

Nesse capítulo do romance-testemunho de Tamanini, a história principia em meio ao alvoroço e à excitação provocados pelas promessas de Pietro Tabachi, ao propagandear, pelas modestas vilas italianas, “[...] que o ouro lá (nas terras da província do Espírito Santo) é encontrado à flor da terra” (TAMANINI, 1981, p. 15).

A ideia de “fazer a América” ferveu entre milhares de camponeses e operários italianos, como podemos observar na canção que segue:

Dalla Italia noi siamo partiti  
Siamo partiti col nostro onore  
Trentasei giorni di macchina e vapore,  
e nella Merica noi siamo arriva'.

*Merica, Merica, Merica,  
cossa saràlo 'sta Merica?  
Merica, Merica, Merica,  
un bel mazzolino di fior.*

E alla Merica noi siamo arrivati  
no' abbiám trovato nè paglia e nè fieno  
Abbiám dormito sul nudo terreno,  
come le bestie abbiám riposa'.

*Merica, Merica, Merica,  
cossa saràlo 'sta Merica?  
Merica, Merica, Merica,  
un bel mazzolino di fior.*

E la Merica l'è lunga e l'è larga,

l'è circondata dai monti e dai piani,  
e con la industria dei nostri italiani  
abbiam formato paesi e città.

*Merica, Merica, Merica,  
cossa saràlo 'sta Merica?  
Merica, Merica, Merica,  
un bel mazzolino di fior.*

Essa é uma antiga canção italiana, composta em dialeto Vêneto, por Ângelo Giusti, em 1875. Esta bela canção embalou as esperanças, os desafios do desconhecido e os sonhos de milhares de emigrantes. A canção também revela a amargura e denuncia a exploração, ao enfatizar o tratamento dado aos imigrantes como “animais”, por outro lado, a canção destacava o trabalho dos italianos na construção de vilas e cidades. Diziam: “América, América, América/que será esta América/ América, América, América/É um belo buquê de flores”. A respeito das canções e poemas tradicionais da imigração italiana Zuleika Alvim reflete:

[...] a emigração que mesmo sendo uma fuga da miséria cruel que devastava algumas regiões da Itália, não deixou de ter um caráter político. Esse aspecto é nítido nas canções e poesias populares que acompanhavam os viajantes sem volta – ali se vê claramente que a emigração não era só a busca do Eldorado, mas uma recusa em continuar sob a exploração (ALVIM, 1986, p. 28).

A miséria assolava o campo italiano, mas a ideia de abandonar a terra natal era vista com dor e martírio, como demonstrada a canção. O ato de emigrar não implicava simplesmente “fazer a América”, como em geral se interpreta, era também uma forma de resistência às duras condições de vida impostas pela penetração do capitalismo no campo italiano. Sobre essas grandes migrações, Bauman reflete em sua obra *Vidas desperdiçadas*:

Desde o princípio, a era moderna foi uma época de grandes migrações. Massas populacionais até agora não calculadas, e talvez incalculáveis, moveram-se pelo planeta, deixando seus países nativos, que não ofereciam condições de sobrevivência, por terras estrangeiras que lhes prometiam melhor sorte (BAUMAN, 2005, p. 50).

Eram literalmente vidas desperdiçadas. Juntos: velhos, crianças de peito, mulheres grávidas e muitos jovens fortes, camponeses, a imensa maioria vítimas da pobreza, novos argonautas da miséria à conquista do pão de cada dia.

Os argumentos de “fazer a América”, “da terra que se plantando tudo dava”, do ouro que brotava à flor da terra” povoaram o imaginário de milhares de imigrantes que saíram de uma Europa em crise para tentar a sorte no novo mundo.

Vários fatores contribuíram para os italianos deixarem sua pátria, a fim de se estabelecerem no Brasil. Durante muitos anos, no século XIX, antes de sua unificação, e até mesmo após, o território italiano, principalmente o norte, foi palco de constantes lutas e guerras, de que participavam várias correntes, principados, os estados pontifícios, países influentes e interessados na região, como a França e Áustria. A maior vítima dessas guerras era o povo pobre que sentia na carne o desastre das lutas dos poderosos pelo controle da península itálica. Nessa época, as terras agricultáveis estavam concentradas nas mãos dos latifundiários e eram exploradas por sistemas semifeudais. Os impostos eram pesados sobre a massa camponesa. A pobreza passava, como triste herança, de geração em geração. Ângelo Trento, em sua obra *Do outro lado do Atlântico*, descreve a situação dos camponeses italianos que impulsionou massas inteiras a atravessar o oceano:

[...] os tormentos monetários, que afligiam a campo italiano e que estiveram na origem de muitas decisões de emigração e migração interna para ir ganhar onde se encontrava aquele dinheiro que não chegava a passar por mãos camponesas, chamavam-se impostos fundiários, de registro e transmissão, dívida hipotecária e colônica, usura, altos encargos de transmissão (TRENTO, 1988, p. 31, apud LAZARINI, 1979, p. 187).

A “emigração da fome”. Assim foi chamada a emigração de milhares de italianos, em sua maioria camponesa, para o Brasil e, em especial, para a província do Espírito Santo. É nesse contexto que se avulta a imigração italiana (do ponto de vista brasileiro), depois de 1874, ano da primeira leva regular de italianos, com 386 pessoas que compuseram a expedição de Pietro Tabachi, com o objetivo de ocupar a “Nova Trento” (atual região de Santa Cruz). Segundo Busatto (2002, p. 42), em muitos passaportes, a impressão, substituindo o lugar do selo, dava a real

intensidade da miséria vivida no período: “[...] senza marca per comprovada miserabilitá ou essere da bollo per comprovata povertá”.

*La voce cattolica*, de 15 de maio de 1875 (jornal da comunidade católica do Trento) denunciava a situação do pequeno proprietário trentino:

por dívidas correntes de famílias, havia leilões de imóveis. A desvalorização da terra se agravava com os inúmeros tributos municipais e estatais, em parte determinados pela maldade dos homens, o poder fixo da lei. Hoje em dia constitui na maior parte dos casos, a ruína completa e a desapropriação injusta de muitas famílias. Quantas vezes por uma dívida, de digamos, 500 florins, uma família era privada de todos os seus imóveis, mesmo aqueles de valor superior a milhares de florins. Quantas famílias que tinham que viver transformando, trabalhando bastante, de repente foram completamente destituídas e desceram ao nível do mais baixo proletariado. Há ainda cidades, em que acontecem dezenas desses casos por ano, as pequenas, mas livres propriedades são destruídas, enquanto os forasteiros, aves de rapina, invariavelmente presentes em cada leilão, tornam-se proprietários da cidade e a municipalidade deve pensar na subsistência do proletariado sempre crescente. A municipalidade que depois de sua autonomia só faz aumentar o seu passivo (TRENTO, 1988, P.33).

Como se vê, a situação era insustentável, tanto para os municípios quanto para o setor privado. O estado austríaco mantinha uma posição de omissão ante a situação da região do Trento. As municipalidades não tinham estrutura para suportar as multidões de desempregados e miseráveis. Os pequenos proprietários endividados eram forçados a vender suas terras em cerca de mil e cem leilões anuais, por volta de 1880. Nesse contexto de penúria e desespero, cerca de metade da propriedade da terra do Trentino mudou de dono, devido à concentração da propriedade privada, como expõe o texto de Alvim abaixo:

Isso se explica, na Itália, pela forma como ocorreu a penetração capitalista no campo: concentração da propriedade; altas taxas de impostos sobre a terra, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimos e ao conseqüente endividamento; oferta pela grande propriedade, de produtos inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor; e, finalmente, a sua transformação em mão-de-obra para a indústria nascente (ALVIM, 1986, p.22).

Dessa forma, milhares de emigrantes foram expulsos da Itália, a emigração torna-se um fenômeno essencial de equilíbrio socioeconômico para atender os interesses da burguesia italiana. A massa pobre, expulsa de sua pátria e, por outro lado, atraída para “ser feita pela América”, por promessas enganosas dos exploradores de cá. Neste contexto, os emigrantes vêm em busca das concretizações amplamente divulgadas nas aldeias italianas por agentes e subagentes contratados pelo governo brasileiro. A emigração colhia a península itálica de surpresa, mas o governo, por sua vez, não intervinha. Esperava que a “mão invisível do mercado” regulasse a vida dos pobres.

A propaganda enganosa do “tal Tabachi” aparece no diálogo entre Karina e Landa, quando a amiga afirma que

[...] escute o que se diz por aí. Um tal Tabachi, chegado do Brasil, procura convencer nossos colonos a emigrar para a América. Andam todos alvoroçados. Não se fala em outra coisa. [...] o homem anda dizendo que o ouro, lá, é encontrado à flor da terra (TAMANINI, 1981, p. 8).

Assim, a imigração de europeus para o Espírito Santo, principalmente para as regiões de montanha, com relação a seu povoamento, criou impactos negativos pelas expectativas originárias de propagandas falsas, como a de Tabachi. Sobre essa questão, assim se manifestou Castiglioni:

Os fluxos de imigrantes italianos que se dirigiam para o Espírito Santo, nas décadas finais do século XIX, eram constituídos predominantemente por famílias agrícolas do norte da Itália, inseridas em redes comunitárias mais amplas, que buscavam trabalho, terra e segurança para construírem uma nova vida nas terras de destino (CASTIGLIONI, 2003, p.203).

A imigração de milhares de italianos para o Espírito Santo foi parte de um amplo processo de “desterritorialização” da pobreza que envolvia os interesses da burguesia italiana em expulsar aqueles entulhos humanos que só atrapalhavam o avanço do capitalismo peninsular e os interesses da burguesia brasileira que carecia de alternativa para sanar a crise de mão-de-obra do decadente império escravista brasileiro.



No plano internacional, cabe citar a chamada crise agrária ou a grande depressão, que durou de 1873 a 1895, exatamente o período do grande fluxo imigrante para o Espírito Santo. Esse momento representou a passagem do capitalismo individualista da idade da livre concorrência ao capitalismo monopolista da idade do imperialismo.

No plano interno, a situação de exploração dos imigrantes italianos se agravou até o fim do século XIX e resultou num relato minucioso feito pelo Cônsul Real em Vitória, Carlo Nagar, que, em sua análise criteriosa, não faz concessões à política imigracionista do então governador José Carvalho de Mello Moniz Freire (1892 – 1896), pelo contrário, revela as suas contradições e as suas possíveis omissões em frente à grande empreitada colonizadora do Espírito Santo. Devido às suas denúncias escritas em fevereiro de 1895 e publicadas em abril do mesmo ano, no boletim do “Ministério dos Assuntos Exteriores”, junto a outros relatórios consulares, o reino da Itália proibiu a emigração de seus súditos para as terras capixabas. O histórico decreto de 20 de julho de 1895 determinava:

O régio ministério do interior, considerando que no Espírito Santo, seja pelo modo como foram conduzidos os serviços de imigração, seja pelas condições econômicas, climáticas e higiênicas da região submetendo aqueles que emigraram a riscos e danos gravíssimos, decreta: é proibido até nova ordem aos agentes e subagentes de efetuarem operações de imigração para o porto de Vitória e, em geral, para o Estado do Espírito Santo.<sup>1</sup>

As origens do problema da imigração na província do Espírito Santo derivam dos modelos fracassados de imigração implantados no país como um todo e do atraso econômico da região. O governo imperial autorizava pagar a empresários aliciadores uma determinada quantia por imigrante:

[...] o projeto apresentou, no entanto, graves dificuldades, com ônus às vezes inúteis para a fazenda pública; que era responsável pelo suprimento dos colonos durante o período de carência. É que os aliciadores para reunirem grandes contingentes de imigrantes faziam promessas que não podiam cumprir; atraindo, muitas vezes, indivíduos sem a menor afinidade ou até mesmo capacitação física para o trabalho agrícola. O “restolho” da população, conforme Tomás José Coelho de Almeida, titular da pasta da agricultura, que se recusava a assinar novos contratos para introdução de novos colonos estrangeiros, em 1876 (BITTENCOURT, 2006, p. 178).

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/>. Acesso: 19/11/2011.

Essa citação do livro *Estudos históricos do Espírito Santo*, de Gabriel Bittencourt, ilustra a situação descrita no romance-testemunho *Karina*, uma obra de inegável valor literário e documento histórico, que revela o aliciador Tabachi, “[...] que viajava conosco velando sua carga” (TAMANINI, 1981, p. 20).

O imigrante era mercadoria, representava altos lucros para o agenciador de mão-de-obra Pietro Tabachi. Ele exprimia um pensamento da elite econômica e política da época que via na imigração uma nova forma de acumulação de capital, gerando um sistema de semi-escravidão.

Entretanto, Tabachi não foi muito feliz no seu “negócio”. Surgiram desentendimentos sérios entre os imigrantes e o “negociante”. Incidentes que, afirma-se, causaram a morte do pioneiro italiano “frustrado com a colonização”. Em 21 de junho de 1874, desgostoso e derrotado em seu empreendimento, faleceu Pietro Tabachi, na hora da morte estava ao seu lado o médico Pio Limana e o padre Domenico Martinelli que ainda procurava pacificar os ânimos dos exaltados. Na hora da morte, padre Martinelli fez o casamento de Tabachi com a mulata Ana Fontoura com quem o empresário tinha dois filhos: Ana e Bartolomeu. Ana Fontoura Tabachi (filha) casou-se com Alfredo Leão, dando origem a uma tradicional família ligada à política capixaba.

#### 4. CAPÍTULO III: O CONTEXTO DA LONGA VIAGEM E A CHEGADA NA “TERRA DO ESPÍRITO SANTO”.

A partida da Itália é descrita por Virgínia Tamanini expressando a mais profunda dor e a revolta de ser “coisificada”, transformada em carga, arrancada de seus pais e de suas origens. Assim revela todo o seu sofrimento:

No porto de Gênova o velho barco Fenelon parecia orgulhar-se de sua preciosa carga: a mocidade sadia do norte da Itália, de espírito alegre e sonoro dialeto, a lhe encher o convés de vozes e risos [...]. A uma trepidação das máquinas o barco se moveu e muitos lenços se ergueram e se agitaram [...]. Foi então que divisei, de repente, no meio da multidão, abrindo caminho a custo até chegar bem à frente de todos, meu pai. Não estava tão longe que não pudesse notar-lhe o imenso desespero. Senti que as lágrimas brotavam, em torrentes, dos meus olhos e desejei que o navio afundasse ali mesmo e tudo terminasse (TAMANINI, 1981, p. 16).

Os passaportes dos imigrantes eram tomados, nos quais, sem a ciência dos interessados, era escrito: “bom para Vitória”. Ignorando completamente o caminho a seguir para chegar a seu destino, podiam ser transportados para qualquer ponto da província.

Os navios eram como “cativeiros disfarçados”. A longa viagem dos emigrantes italianos durava de 21 a 36 dias com a navegação a vapor. As descrições da travessia são sempre terríveis: as pessoas vinham entulhadas em navios que não comportavam tanta demanda. Eram pessimamente alimentadas, sofriam o calor do atlântico-sul, deitadas no convés inferior, em beliches empilhados ou diretamente no assoalho. Sujeitas às epidemias, principalmente a varíola, conheciam um alto índice de mortalidade, em especial, os embarcados da clientela infantil, vítimas fáceis da contaminação e da desidratação. A esse respeito, afirma Ângelo Trento:

[...] quando não ocorriam epidemias, ou somando-se a estas, outros fatores de que as companhias eram tanto ou até mais culpadas, faziam vítimas durante a travessia. Assim, em 1888, em dois navios que rumavam para o Brasil - o ‘Matteo Bruzzo’ e o ‘Carlo Raggio’ – contaram-se 52 mortos de fome e em 1899, no ‘frisca’, 24 mortos por asfixia (TRENTO, 1989, p.45).

No processo de construção dessa dissertação, fiz uma série de entrevistas com filhos, netos e bisnetos de imigrantes italianos. Ouvindo relatos de descendentes dos antigos imigrantes, registrei a história de uma bisneta de imigrantes, senhora Clarice Magnago, que vivia na localidade de Marilândia, filha de Elvira Campo Dell'orto Magnago. Ela fez um relato contado por gerações de sua família e extremamente comovente. História esta que muito se aproxima da personagem Karina, demonstrando o agenciamento coletivo de enunciação desse romance de testemunho. A narrativa que me foi relatada começa como no romance, com a propaganda de Pietro Tabachi na região de Treviso. Tais promessas de riqueza na América atraíram o interesse de um agricultor de 43 anos chamado Carlo Bartolomeo Campo Dell'orto, como consta no banco de dados da imigração italiana no Espírito Santo (CASTIGLIONI, 1997, p.186). Decidido a emigrar para o Brasil, ele ordenava a vinda da mulher e dos filhos. Entretanto, a mulher, Anna Stefan, de 39 anos, estava com o pai muito doente, condenado pelos médicos e com pouco tempo de vida, mas o navio que partia de Gênova não podia esperar, e a viagem já estava marcada. Afinal, naquela realidade patriarcal, quem tomava as grandes decisões era o marido.

Anna Stefan, pelo que consta no banco de dados da imigração italiana no Espírito Santo (CASTIGLIONI, 1997, p.186) tinha cinco filhos: Pietro, de quinze anos; Luigi, de onze anos; Vittorio, de oito anos; Giuseppe, de seis anos; e Giuditta, de quatro anos. Mas, não consta nos registros um sexto filho chamado João, que era o caçula. Ele tinha um ano e seis meses, cabelos cacheados, olhos azuis e já começava a falar. A ausência de seu registro certamente tinha ocorrido porque João não chegou ao Brasil.

Joãozinho tinha um problema crônico de diarreia que só curava com um pó feito da casca de tamarindo. Antes da inevitável partida, Anna comprou muito desse remédio e sementes do fruto.

Na triste despedida do pai moribundo, Anna levou os remédios nas costas para não perder. Colocou-o numa sacola de pano presa aos ombros. No desespero da partida, na angústia, na certeza de nunca mais ver o pai e na incerteza do destino,

com a saída, às pressas, muitas bagagens e saudades, em forte abalo emocional, a italiana emotiva deixou para trás a casa de seus pais.

Em Gênova, já no navio, desesperou-se ao perceber que os remédios do filho João não estavam junto à bagagem. Havia, por certo, esquecido na casa do pai. Não tinha mais volta. O filho estava sem os remédios para a tenebrosa viagem. O pai sem a filha, muito doente, morreu quatro dias depois de sua partida.

Anna, que era muito zelosa, passou a cuidar do pequeno João com extremo cuidado. Entretanto, doze dias depois começou a diarreia no menino e não tinha como ser contida. Joãozinho dizia: “Mama, tapa tutu súbito, que el negro te crida!” Era a referência aos marinheiros do vapor que não podiam perceber as fezes do menino. Ele padeceu por três dias, depois faleceu. Anna não queria que o corpo do filho fosse jogado ao mar, por isso ficou com o menino morto no colo por dois dias. O mau odor do filho morto denunciou a mãe zelosa e todos exigiam que o pequeno cadáver de João fosse jogado ao mar, mas Anna não largava o corpo do filho. Foi, então, que o navio parou próximo a uma ilha oceânica, e o pai prometeu que iria enterrar o corpo do filhinho na ilha, atendendo ao desejo da esposa. Foi assim que ela concordou em deixar que o pai com alguns marinheiros levasse o corpo do filho num bote para a ilha.

Entretanto, o pai não enterrou o filho. Dizia que não havia condições naquele lugar inóspito. Horas depois, voltou ao navio e disse para Anna que havia feito o prometido. Ela agradeceu e passou a fitar a ilha que representava o túmulo do filho. Olhando fixamente para o oceano, observou uma agitação de peixes ferozes e, sobre a lâmina d'água, viu, aterrorizada, que os peixes devoravam um pezinho de uma criança. Era o filhinho morto. Por isso passou a odiar o também sofrido Carlo, renegar tudo que representava aquela emigração e aquela terra imposta pelo destino.

A história oral foi a fonte para a construção desta história de Anna Stefan e a sofrida perda de seu filho João. Foi também uma das fontes para a construção do romance

*Karina* e certamente uma forma de manter viva a memória das origens das famílias italianas no Espírito Santo.

O depoimento oral permitiu que as memórias individuais reconstituíssem a trajetória do grupo, reforçando o agenciamento coletivo de enunciação, dando uma nova dimensão às experiências vividas e expressando as diversas relações culturais, econômicas e sociais que o grupo conheceu. É no relato oral que o passado se torna presente através da voz dos atores que o construíram e preservaram. Essa voz, com suas “verdades” e “mentiras”, suas certezas e incertezas, suas lembranças com cores do presente, vai permitir ao pesquisador reconstituir, mesmo que de forma imperfeita, acontecimentos significativos de um período marcante de nossa história.

A voz do ator expressa não só a sua, mas outras memórias – as da família, as das comunidades, dos povoados, das cidades e da sociedade. Trabalhar com a memória familiar é poder observar os sistemas de valores transmitidos no processo de socialização das diversas gerações, em um corte temporal e em lugares passados e presentes.

#### 4.1 A imigração italiana expressa em números:

Tabela 1 - Imigrantes italianos por sexo segundo o ano de chegada

| Ano            | Masculino    |               | Feminino     |               | Total        |               |
|----------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
|                | Número       | %             | Número       | %             | Número       | %             |
| 1840           | 1            | 0,01          | 0            | 0,00          | 1            | 0,00          |
| 1858           | 17           | 0,10          | 12           | 0,10          | 29           | 0,10          |
| 1874           | 119          | 0,69          | 33           | 0,28          | 152          | 0,53          |
| 1875           | 551          | 3,21          | 337          | 2,90          | 888          | 3,07          |
| 1876           | 1225         | 7,14          | 955          | 8,23          | 2180         | 7,54          |
| 1877           | 1000         | 5,83          | 848          | 7,31          | 1848         | 6,39          |
| 1878           | 343          | 2,00          | 272          | 2,34          | 615          | 2,13          |
| 1879           | 76           | 0,44          | 63           | 0,54          | 139          | 0,48          |
| 1880           | 364          | 2,12          | 291          | 2,51          | 655          | 2,27          |
| 1881           | 4            | 0,02          | 3            | 0,03          | 7            | 0,02          |
| 1883           | 27           | 0,16          | 25           | 0,22          | 52           | 0,18          |
| 1886           | 12           | 0,07          | 12           | 0,10          | 24           | 0,08          |
| 1887           | 112          | 0,65          | 90           | 0,78          | 202          | 0,70          |
| 1888           | 1550         | 9,03          | 1346         | 11,60         | 2896         | 10,02         |
| 1889           | 1321         | 7,70          | 1099         | 9,47          | 2420         | 8,37          |
| 1890           | 219          | 1,28          | 66           | 0,57          | 285          | 0,99          |
| 1891           | 2494         | 14,53         | 1679         | 14,47         | 4173         | 14,44         |
| 1892           | 298          | 1,74          | 228          | 1,97          | 526          | 1,82          |
| 1893           | 1791         | 10,44         | 591          | 5,09          | 2382         | 8,24          |
| 1894           | 1761         | 10,26         | 1456         | 12,55         | 3217         | 11,13         |
| 1895           | 2548         | 14,85         | 1904         | 16,41         | 4452         | 15,40         |
| 1896           | 1083         | 6,31          | 147          | 1,27          | 1230         | 4,26          |
| 1897           | 98           | 0,57          | 61           | 0,53          | 159          | 0,55          |
| 1898           | 3            | 0,02          | 2            | 0,02          | 5            | 0,02          |
| 1899           | 7            | 0,04          | 3            | 0,03          | 10           | 0,03          |
| 1900           | 10           | 0,06          | 9            | 0,08          | 19           | 0,07          |
| Sem informação | 265          | 1,54          | 71           | 0,61          | 336          | 1,16          |
| <b>Total</b>   | <b>17162</b> | <b>100,00</b> | <b>11603</b> | <b>100,00</b> | <b>28902</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: CASTIGLIONI(1997, p. 42)

Para uma boa análise dos dados sobre a imigração italiana no Espírito Santo, torna-se necessário conhecer as características e os limites desses dados, portanto algumas considerações devem ser colocadas para possibilitar uma interpretação mais correta.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que a procedência do imigrante refere-se, algumas vezes, ao local da última residência, outras vezes, ao local de nascimento. Havia uma forte correspondência entre a residência e o local de nascimento. Quanto à data de chegada, corresponde à verdadeira data de chegada do navio ou à data de inscrição do imigrante nos núcleos coloniais.

Mais da metade do movimento migratório ocorreu no período 1891-1895 (51%); no decênio anterior (1880-1890) chegaram ao Espírito Santo 23% e, após a proibição italiana (1895), o percentual diminuiu significativamente (5%).

A distribuição por sexo (TABELA 1) é de 17.162 homens e 11.603 mulheres, ou seja, 60% e 40%, respectivamente. A predominância masculina decorre das pessoas que migravam sós, que eram predominantemente homens.

Tabela 2 - Idade média dos imigrantes segundo o ano de chegada

| Ano            | Total        |              | Feminino     |              | Masculino    |              |
|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|                | Média        | Desvio       | Média        | Desvio       | Média        | Desvio       |
| 1840           | 40,00        | -            | -            | -            | 40,00        | -            |
| 1858           | 21,17        | 15,27        | 17,42        | 16,21        | 23,82        | 14,48        |
| 1874           | 17,80        | 14,54        | 17,16        | 14,22        | 18,34        | 14,97        |
| 1875           | 22,59        | 17,02        | 21,93        | 16,32        | 23,08        | 17,53        |
| 1876           | 21,77        | 16,32        | 20,45        | 15,32        | 22,93        | 17,08        |
| 1877           | 21,23        | 16,37        | 20,28        | 15,61        | 22,06        | 16,98        |
| 1878           | 22,16        | 17,00        | 21,84        | 15,94        | 22,44        | 17,88        |
| 1879           | 23,84        | 19,66        | 24,15        | 19,46        | 23,59        | 19,95        |
| 1880           | 21,83        | 17,73        | 21,54        | 17,34        | 22,07        | 18,06        |
| 1881           | 17,20        | 20,13        | 18,00        | 25,46        | 16,67        | 22,03        |
| 1883           | 22,78        | 20,82        | 23,39        | 23,27        | 22,26        | 18,93        |
| 1886           | 19,88        | 17,22        | 14,42        | 12,49        | 25,33        | 19,98        |
| 1887           | 23,37        | 17,27        | 23,96        | 17,51        | 22,90        | 17,15        |
| 1888           | 22,48        | 17,89        | 22,00        | 17,45        | 22,91        | 18,27        |
| 1889           | 22,50        | 17,23        | 22,34        | 17,06        | 22,63        | 17,38        |
| 1890           | 28,66        | 15,28        | 27,76        | 18,83        | 28,94        | 14,07        |
| 1891           | 23,11        | 16,52        | 20,93        | 16,62        | 24,58        | 16,30        |
| 1892           | 23,43        | 16,80        | 22,89        | 16,76        | 23,85        | 16,85        |
| 1893           | 25,32        | 13,98        | 21,98        | 15,59        | 26,43        | 13,22        |
| 1894           | 21,65        | 16,80        | 21,43        | 16,26        | 21,83        | 17,24        |
| 1895           | 21,81        | 15,85        | 20,25        | 15,80        | 22,97        | 15,79        |
| 1896           | 30,19        | 13,26        | 23,65        | 16,45        | 31,08        | 12,50        |
| 1897           | 21,67        | 16,63        | 19,07        | 14,55        | 23,38        | 17,73        |
| 1898           | 30,20        | 15,21        | 23,00        | 9,90         | 35,00        | 18,08        |
| 1899           | 18,00        | 15,41        | 17,50        | 19,09        | 18,20        | 16,27        |
| 1900           | 23,63        | 16,03        | 21,89        | 14,35        | 25,20        | 18,03        |
| Sem informação | 25,05        | 17,40        | 19,27        | 19,13        | 28,15        | 15,78        |
| <b>Geral</b>   | <b>22,88</b> | <b>16,49</b> | <b>21,30</b> | <b>16,40</b> | <b>23,98</b> | <b>16,46</b> |

Fonte: CASTIGLIONI(1997, p. 43)

A composição do fluxo migratório apresentava a predominância de famílias, traduzida por 21% de chefes, 16% de esposas e 44% de filhos no fluxo total. A relação entre estrutura familiar e idade é ilustrada pelos percentuais de 1895, o ano de maior imigração, resultando na prevalência de idade de filhos e filhas de 0 a 15



anos, cerca de 39% do total e, na idade clássica de pais de 25 a 45 anos, cerca de 34% do total. Analisando a tabela anterior, é possível afirmar que a imigração italiana para o Espírito Santo foi notadamente um devir-imigrante do jovem pobre peninsular, pois as médias de idade, tanto de homens quanto de mulheres, eram muito baixas. Eram jovens como *Karina*, expulsos de uma Itália em crise, em busca de melhores condições de vida. (TABELA 2).

Tabela 3 - Imigrantes Italianos por sexo segundo a região de origem

| Região                | Masculino   |               | Feminino    |               | Total        |               |
|-----------------------|-------------|---------------|-------------|---------------|--------------|---------------|
|                       | Número      | %             | Número      | %             | Número       | %             |
| Abruzzi               | 412         | 4,58          | 64          | 1,01          | 476          | 3,10          |
| Aosta                 | 3           | 0,03          | 1           | 0,02          | 4            | 0,03          |
| Basilicata            | 30          | 0,33          | 20          | 0,31          | 50           | 0,33          |
| Calabria              | 21          | 0,23          | 23          | 0,36          | 44           | 0,29          |
| Campania              | 69          | 0,77          | 56          | 0,88          | 125          | 0,81          |
| Emilia Romagna        | 1127        | 12,53         | 830         | 13,04         | 1957         | 12,74         |
| Friuli-Venezia Giulia | 328         | 3,65          | 267         | 4,19          | 595          | 3,87          |
| Lazio                 | 9           | 0,10          | 7           | 0,11          | 16           | 0,10          |
| Liguria               | 29          | 0,32          | 21          | 0,33          | 50           | 0,33          |
| Lombardia             | 1502        | 16,71         | 1154        | 18,12         | 2656         | 17,29         |
| Marche                | 247         | 2,75          | 172         | 2,70          | 419          | 2,73          |
| Molise                | 7           | 0,08          | 7           | 0,11          | 14           | 0,09          |
| Piemonte              | 663         | 7,37          | 537         | 8,43          | 1200         | 7,81          |
| Puglia                | 19          | 0,21          | 19          | 0,30          | 38           | 0,25          |
| Sicília               | 27          | 0,30          | 26          | 0,41          | 53           | 0,35          |
| Toscana               | 139         | 1,55          | 93          | 1,46          | 232          | 1,51          |
| Trentino-Alto Adige   | 1294        | 14,39         | 602         | 9,46          | 1896         | 12,35         |
| Umbria                | 32          | 0,36          | 28          | 0,44          | 60           | 0,39          |
| Veneto                | 3033        | 33,73         | 2440        | 38,32         | 5473         | 35,64         |
| <b>Total</b>          | <b>8991</b> | <b>100,00</b> | <b>6367</b> | <b>100,00</b> | <b>15358</b> | <b>100,00</b> |

Sem informação: 13550

Fonte: CASTIGLIONI(1997, p. 44)

As províncias de procedência foram 77. Entretanto, como já afirmamos este dado é bastante discutível, pois a informação sobre a proveniência é conhecida de maneira bastante parcial e provavelmente deformada, representando 53% do total estimado. As maiores contribuições foram dadas pelas regiões do norte da Itália: Vêneto (5477), Lombardia (2656), Emilia Romagna (1958), Trentino Alto-Adige (1896) e Piemonte (1200). (TABELA 3 e FIGURA 1).

As variações no movimento emigratório, segundo a região de origem, devem-se mais às condições adversas da Itália do que à preferência deliberada por parte dos

agenciadores. “O fenômeno expulsor começou em algumas áreas da Lombardia e do Piemonte, seguidas pelo Vêneto e terminou no sul (ALVIM, 1986, p.63).

No Espírito Santo foi marcante a imigração da região do Vêneto, Belluzo, Treviso, Udine e Vicenza, as grandes áreas expulsoras da região, eram constituídas predominantemente por montanhas e colinas, apresentavam poucas terras e propriedades nas mãos de poucos, portanto insuficientes para manterem as famílias, em especial, dos “Braccianti” que podiam ser fixos ou temporários.

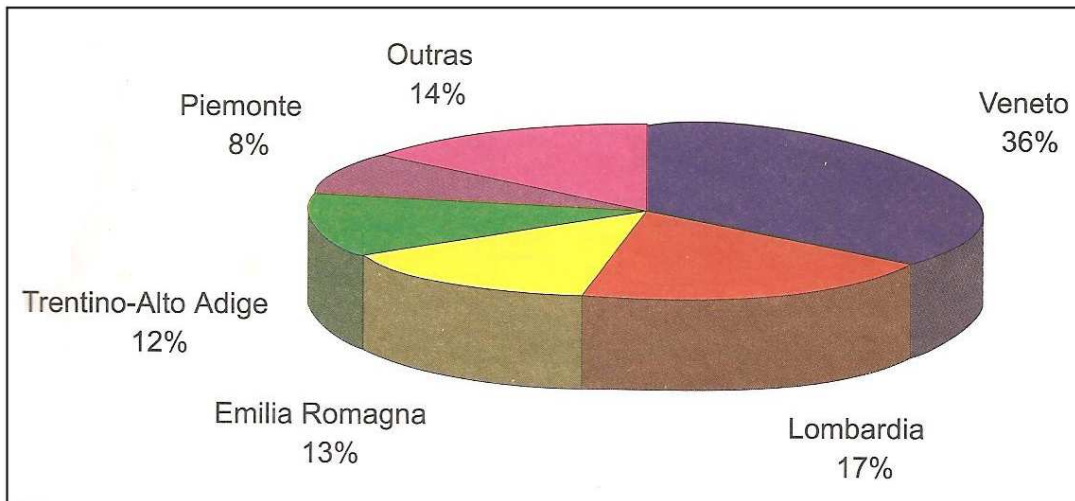


Figura 1 - Imigrantes por região de origem  
Fonte: CASTIGLIONI(1997, p. 45)

Para o Espírito Santo fala-se em até 40.000 imigrantes, provenientes quase totalmente das regiões do norte da Itália: Vêneto, Lombardia, Trentino e Friuli-Veneza-Giulia. Os da província de Údine, hoje parte da região do Friuli-Veneza-Giulia, mas pertencendo ao Vêneto à época da imigração, estavam relacionados como tal.

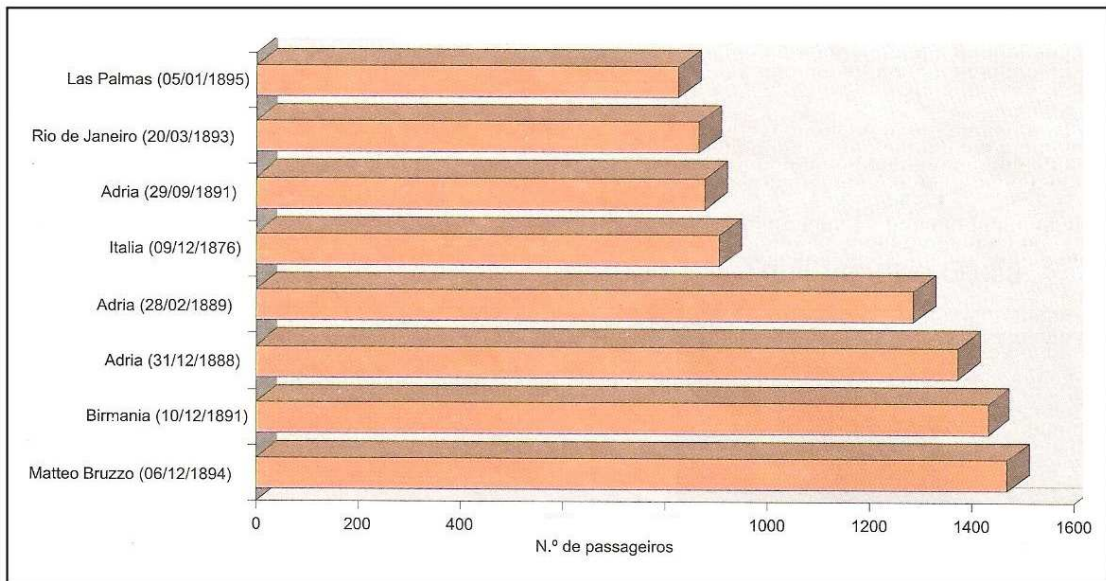


Figura 2 - Principais navios segundo o número de passageiros por viagem  
 Fonte: CASTIGLIONI(1997, p. 45)

Quanto ao navio que mais trouxe imigrantes italianos para o estado do Espírito Santo, destacou-se o Matteo Bruzzo, com aproximadamente 1500 imigrantes, momento este que representou o ápice da “emigração da fome” ou “imigração da exploração”.

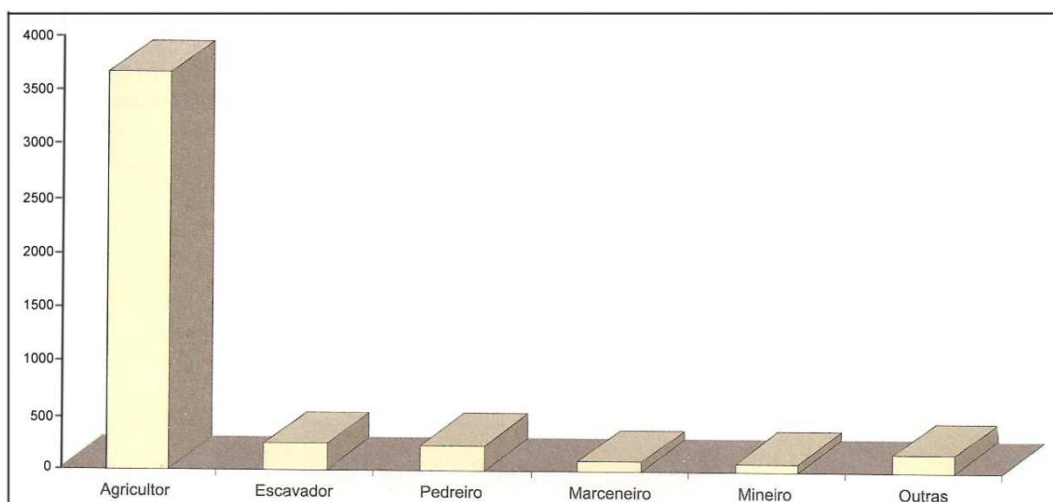


Figura 3 - Imigrantes segundo as principais profissões  
 Fonte: CASTIGLIONI(1997, p. 49)

Na nova onda imigratória italiana iniciada nos anos 70 do século XIX, iniciada com a empresa de Tabachi, os emigrantes (do ponto de vista italiano) eram predominantemente camponeses, pobres e vítimas originárias de uma cruel exploração capitalista. Eles emigraram em busca de uma vida com dignidade e da concretização de sonhos de acesso à terra, no entanto, encontraram uma exploração transformadora de sonhos peninsulares em pesadelos espírito-santenses.

## **4.2. Desterritorialização e devires: a maioria é ninguém e a minoria é tudo.**

Os deslocamentos populacionais representam desafios tanto para os atores dessas migrações quanto para os estudiosos do tema. Os componentes dos fluxos migratórios movimentam-se de acordo com as necessidades de mão-de-obra do setor produtivo, dos conflitos decorrentes de questões econômico-político-sociais em pontos do planeta, das instabilidades provocadas por fenômenos da natureza, por fenômenos humanos, por guerras e crises. Enfim, os “povos desterritorializados” são como marionetes que se movem de acordo com os “comandos” da sociedade e da natureza.

O termo desterritorialização é uma contribuição da filosofia de Gilles Deleuze, atualmente largamente usado no campo das Ciências Humanas. Sua significação torna-se mais concreta quando referida a três outros elementos: território, terra e reterritorialização.

Os imigrantes italianos vivenciaram um processo de “desterritorialização relativa”, pois o processo de emigração consistiu em se “reterritorializar, de outra forma, em mudar de território”.

Sobre o conceito de desterritorialização relativa, Gilles Deleuze e Félix Guattari assim se pronunciam, em *Mil Platôs*, capitalismo e esquizofrenia:

Como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros? A orquídea se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque de vespa; mas a vespa se reterritorializa sobre esta imagem. A vespa se desterritorializa, no entanto, tornando-se ela mesma uma peça no aparelho de reprodução da orquídea; mas ela reterritorializa a orquídea, transportando o pólen. A vespa e a orquídea fazem rizoma em sua heterogeneidade (DELEUZE, 1995, p. 17).

O movimento de desterritorialização do imigrante e o processo de reterritorialização foram presos um ao outro. Como orquídea e vespa, o imigrante se reterritorializou vivenciando um devir-nativo e os povos nativos nessa relação de múltiplas vias, vivenciaram um devir-imigrante. Portanto, o imigrante e o nativo fazem rizoma em sua heterogeneidade.

Nesse sentido, podemos falar em um devir-imigrante, um processo sem término, pois devir não é mudar, mas toda mudança envolve um devir que, apreendido como tal, nos subtrai à influência da reterritorialização. Este processo envolto em profunda dor foi expresso no romance em vários momentos, tais como:

Expressão de profunda nostalgia marcava o olhar de Bepino. Pôs-se de pé, pediu silêncio. E sua voz se elevou aos poucos com acentos de saudade, numa canção que falava da pátria distante, da viagem por mar e da chegada à terra estranha. [...] falava dos primeiros tempos, quando nem palha nem feno haviam encontrado para improvisar um leito qualquer e dormiam ao relento, como os animais da mata que os cercava (TAMANINI, 1981, p.40).

Os imigrantes sofreram um violento processo de “desterritorialização”, portanto sofreram uma “descodificação”, um processo de “devir-nativo”, uma reterritorialização imposta pelos interesses capitalistas. Os imigrantes mudaram a realidade da terra e do território, onde foram inseridos; mudaram o local e foram mudados por ele e nesta relação de muitas vias, geraram vários devires:

O devir-imigrante, o devir-nativo, o devir-povoado, o devir-cidades, o devir-canções, o devir-romance. Múltiplos devires. Múltiplos caminhos imigrantes.

Devir é nunca imitar, nem fazer como, nem se conformar a um modelo, seja de justiça ou de verdade. Não há um termo do qual se parta, nem um ao qual se chegue ou ao qual se deva chegar [...] os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, de núpcias entre dois reinos (DELEUZE, 1997, p.8).

Na relação dos imigrantes italianos com a população nativa e outras populações desterritorializadas na região de montanha capixaba, tivemos um processo de “dupla captura” ou de “multi-captura”, de evolução “não paralela”, onde os peninsulares

dialogaram com as várias culturas locais, surgindo novas possibilidades culturais, essência do processo de reterritorialização.

Desterritorializados pela pobreza, os imigrantes foram reterritorializados, buscando no novo território, nas montanhas capixabas, elementos de sua acidentada terra de origem e interagindo no espaço físico e cultural foram construindo as possibilidades de um devir-imigrante.

Nesse sentido, inúmeros devires ocorreram no movimento migratório para o Espírito Santo, pois o devir, em diálogo com a filosofia de Deleuze e Guattari, não é nem uma origem nem um fim, mas um processo, sem começo, de singularidades que se conectam formando rizomas ou multiplicidades não hierárquicas de acontecimentos, como o de ser expulso de sua terra natal, desterritorializando-se; e o acontecimento consequente relativo à constituição de novos devires ou conexões com o território capixaba, já marcado por linhas rizomáticas de desterritorializações indígenas, negras, de gênero, de classe, tal que esses encontros de singularidades e multiplicidades paralelas forma o rizoma capixaba ou o rizoma *Karina*, que não está marcado pelo único, mas pelo múltiplo, pois o que o rizoma faz é:

Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a n-1. Um tal sistema poderia ser chamado de rizoma. Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos são rizomas (DELEUZE, 1995, p. 14).

O processo de desterritorialização produziu rizoma e o devir-escrita expresso no romance *Karina*, um ato criador e de atualização de potências vitais migratórias e migrantes, de materialização de agenciamentos migratórios, pois escrever não é o simples ato de fazer, de exercitar o ofício de escritora, mas há a necessidade de ser algo mais e não é um ato de dar forma a alguma coisa, mas antes:

Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de vida que atravessa o vivível e o vivido. A escrita é inseparável do devir: ao escrever estamos num devir-mulher, estamos num devir-animal ou vegetal, num devir-molécula, até num devir-imperceptível (DELEUZE, 1997, p. 11).

Para Deleuze, a literatura se “instala descobrindo sob as aparentes pessoas a potência de um impessoal, que de modo algum é uma generalidade, mas uma singularidade no mais alto grau” (DELEUZE, 1997, p. 12). O romance *Karina* se coloca sob a aparente pessoalidade, a potência do impessoal, sob a aparente generalidade, uma singularidade em alto grau, pois representa um agenciamento coletivo de enunciação, um devir-mulher nas vozes das inúmeras Karinas expressas na obra, e um devir, pois a imigração não foi, e não é, ela está impregnada na formação da cultura e do povo capixaba. É um emaranhado de devires, um processo de desterritorialização que fez transbordar uma possibilidade múltipla da historicidade capixaba enquanto devir.

Na concepção de Deleuze, a Literatura:

Embora remeta sempre a agentes singulares, a literatura é agenciamento coletivo de enunciação. A literatura é delírio, mas o delírio não diz respeito a pai-mãe: não há delírio que não passe pelos povos, pelas raças e tribos e que ocupe a história universal. Todo delírio é histórico-mundial. Literatura é delírio e, a esse título, seu destino se decide entre dois polos do delírio. O delírio é uma doença, a doença por excelência a cada vez que ergue uma raça pretensamente pura e dominante. Mas ele é a medida da saúde quando invoca essa raça bastarda oprimida que não para de agitar-se sob as dominações, de resistir a tudo o que esmaga e aprisiona e de, como processo, abrir um sulco para si na literatura (DELEUZE, 1997, p.15).

Nessa perspectiva, a literatura é sempre um agenciamento coletivo e, sendo doença é também saúde. O romance *Karina* é um agenciamento coletivo e, apesar dos agentes singulares, perpassa pelos povos, raças, tribos; é um delírio histórico mundial. Uma obra universal que retrata a singularidade de sua aldeia e que invoca o povo oprimido, o povo imigrante, desterritorializado pela fome, fruto do capitalismo que esmaga e aprisiona.



### 4.3. Os caminhos trilhados no romance e o imaginário imigrante.

Hoje, não se coloca em dúvida, historicamente, o caráter pioneiro da expedição de Tabachi. Em termos de imigração italiana no Brasil, foi uma história de calamidades e desventuras. As terras de Tabachi ficavam distantes do mar, mais de 8 horas a cavalo, as promessas mirabolantes propagadas na Itália e na Europa Central eram uma mentira. O contrato leonino levou muitos colonos ao desespero. Um dado fundamental que muitos esquecem é que os imigrantes saíram de sua terra natal em meio a um rigoroso inverno e foram obrigados a suportar o calor de beira mar. Segundo dados dos registros de chegada de imigrantes do arquivo público estadual, a família Tamanini, com quatro integrantes – Caterina (a esposa), Lorenzo (o chefe), Domenico (o agregado) e Guilsepe (o irmão), – chegou a bordo do velho Fenelon, em 27 de dezembro de 1875. Portanto, saíram do rigoroso inverno do norte da Itália e chegaram no alto verão das terras capixabas.

O desembarque em terras capixabas foi assim descrito por Virgínia Tamanini:

foram de sofrimento os dias que se seguiram. Tabachi nos conduziu a um barracão comprido, erguido pelo governo à beira-mar, na ilha: “Hospedaria dos Imigrantes”, dizia a tabuleta na entrada. Amontoados nos poucos quartos existentes, dormindo, muitos, pelo chão e servindo-se, todos, de um único banheiro no fundo do quintal, sofríamos tanto ou mais que nos porões do “Fenelon”. A tudo isto se somava agora as dúvidas e as incertezas quanto ao futuro que nos aguardava (TAMANINI, 1981, p.25).

Os imigrantes, em geral, aportavam em Vitória, Benevente, Barra de Itapemirim, Santa Cruz ou São Mateus e depois seguiam aos povoamentos no interior da então Província do Espírito Santo. Esses núcleos de povoamento se desenvolveram próximo aos rios, não somente devido à necessidade de água que garantisse a sobrevivência da comunidade, mas também porque era através dos rios, além de algumas picadas abertas na mata fechada, que se praticava a locomoção na época. A autora destacava

o embarque em grandes canoas, com destino a porto do cachoeiro. [...] cortavam as águas no fundo da baía, alcançaram a foz do rio Santa Maria e começaram a subir o rio. Os canoeiros largaram os remos e se debruçaram sobre os catuás, longas varas de rija madeira que apoiavam no fundo raso

do rio e empurravam com vontade, forçando a canoa a vencer a correnteza. [...] A viagem durou um dia inteiro (TAMANINI, 1981, p.26).

Os imigrantes destinados ao norte da província subiam em canoas o Rio Santa Maria da Vitória, numa viagem que poderia durar até 48 horas, até o porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, num total de aproximadamente 70 quilômetros.

Logo na chegada “ao destino”, os meios físicos representavam barreiras de hostilidade. Mata fechada, cheias de índios hostis e animais silvestres como cobras venenosas e, quando próximo aos rios e riachos, eram comuns as doenças causadas por mosquitos, como a beribéri. No entanto, aqueles homens e mulheres enfrentaram todas as barreiras “e considerava, com orgulho, aqueles homens todos, trentinos como eu e destemidos, picuá às costas, machado nas mãos e refletindo nas faces, cobertas de suor, firmeza e determinação” (TAMANINI, 1981, P.26).

A fundação da futura Santa Teresa que começa nas palhoças de Valsugana Velha foi uma busca nostálgica do modo de vida da pequena comunidade montanhosa, lembrança do que havia ficado na Itália. A documentação existente no arquivo do estado do Espírito Santo, a coleção de jornais do Trento e nos arquivos das congregações religiosas no norte da Itália confirmam o “inferno dantesco” vivido por esses pioneiros.

A fundação de Santa Teresa é cercada de muita polêmica. A respeito do fato, existem duas visões antagônicas: uma visão mitológica e religiosa, que pela tradição católica do povo italiano, acabou por predominar. Outro ponto de vista é a visão histórica que demonstra a fundação da localidade intitulada “Santa Teresa” muito anterior à chegada dos primeiros trentinos, em 1875.

A visão mitológica é amparada em obras tradicionais como a *fundação e fatos históricos de Santa Teresa* de Frederico Müller (1892-1968), originalmente publicado em 1925, na página 19, sugere 26 de junho de 1875 como a data da fundação de Santa Teresa. No romance de Virginia Tamanini, a fundação do povoado também foi tratado dentro da visão religiosa, como podemos constatar no trecho que segue:

nessa tarde, pouco antes de começar a reza, subiu à ladeira e se juntou ao grupo Thereza Malon. Portava pequeno quadro que trouxera consigo da Itália. Uma estampa de Santa Theresa, sua devoção. [...] por muito tempo ali ficou, até que a primeira capelinha foi erguida.  
A santa tornou-se a padroeira do lugar.  
“Antonio Prado” passou a chamar-se Santa Thereza  
(TAMANINI, 1981, P.59).

A obra de Frederico Müller atesta “a primeira construção que aqui na vila se fez foi um enorme barracão de palha para abrigo dos imigrantes, justamente onde está a matriz” (MÜLLER, 1925, p.34). Afirma ainda que a primeira casa de pau-a-pique com paredes de entulho e coberta de tabuinhas foi um hospital; a segunda foi a de Jerônimo Vervloet e a terceira a de Juca Quintaes, este, pai do primeiro teresense.

A visão histórica ampara-se em inúmeros documentos, como no relatório do presidente da província, Francisco Ferreira Correa, que em 1871, dizia: “A estrada de Santa Teresa tem custado imensos sacrifícios de força de vontade e dinheiro”. Em 1874, a imprensa noticiava “estar adiantada a estrada de Santa Teresa, iniciada a 4 de setembro de 1848”. Tal estrada partia das margens do Rio Santa Maria da Vitória e deveria chegar até a Vila de Coieté, em Minas Gerais. Em 1854, o presidente da província Sebastião Machado Nunes afirmava: “Ao encetar a administração da província, achei parados os trabalhos de abertura da estrada de Santa Teresa”.

Maria Stella de Novaes na sua obra *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo* afirma:

desde 1856, projetava-se uma colônia em algum ponto da mesma estrada, pois, no relatório apresentado ao presidente José Maurício Pereira de Barros, a 8 de março daquele ano, ao tratar da colonização, o Barão do Itapemirim assim concluía: “Permita V.Exa. Que aqui indique a conveniência de fundar-se uma colônia militar, em algum ponto da estrada de Santa Teresa, onde há, segundo consta, excelentes localidades, com terras férteis e boa água (NOVAES, 1980, p.22).

Para Novaes, “no confronto de relatórios, datas e notícias, podemos afirmar que o nome de Santa Teresa, para o lugar, relaciona-se com a homenagem ao casamento do Sr. Dom Pedro II com a Sra. Dona Teresa Cristina Maria”. Naquela época,

homens como Antonio Prado e Quintino Bocaiúva, já observando a crise de mão de obra decorrente do fim do tráfico de escravos proporcionada pela lei Eusébio de Queiroz, e prevendo o agravamento da crise com a inevitável abolição da escravidão. Criou no Brasil, o serviço de colonização, que encaminharia, para diversas regiões do país, colonos da Europa.

De acordo com Novaes, “Von Lipp era vice-diretor do núcleo de Santa Teresa, quando chegaram os imigrantes italianos, em 1874.” Portanto, fica claro que o povoado já existia na região antes da chegada dos trentinos. Finalizando essa questão, Maria Stella de Novaes não deixa dúvidas quanto ao nome do lugar, como podemos observar no fragmento que segue:

E aconteceu que, no dia 26 de junho de 1875, quando se fez o sorteio dos lotes, o colono Virgílio Lambert exigia que se desse ao lugar o nome de São Virgílio, em consideração à data, mas, Von Lipp, conhecedor do passado, opôs-se à ideia, a fim de que permanecesse o nome tradicional de Santa Teresa (NOVAES, 1980, p.23).

A fundação de Santa Teresa e a origem do nome da localidade, não é uma questão com tamanha relevância histórica. O mais significativo, a meu ver, é o imaginário emanado desse fato, a mentalidade do imigrante, transmitida por gerações, o ideário dos “destemidos, precursores, pujantes e desbravadores dos caminhos para o progresso”. A coragem do imigrante como protagonista de uma nova era. Eram originários da península itálica, terras com nome e história.

No plano do imaginário, não foram trazidos, recrutados, subjugados pelo aliciador de imigrantes Pietro Tabachi – um traficante de mão-de-obra –, visto por alguns historiadores tradicionais como “um grande empreendedor”. Na realidade, eram camponeses pobres, recrutados sob promessa de concessão de pequenos lotes de terra. Hipotéticos senhores do destino e senhores da história: eles vieram abrir caminhos em direção ao progresso. Era um novo proletariado pronto para gerar capitais para a arcaica elite agrária brasileira.

Nesse imaginário da imigração como avanço e progresso, nos deparamos com as concepções relativas à presumível superioridade natural e histórica do trabalho livre

sobre o trabalho escravo. Aliás, na ideologia da imigração definiu-se, equivocadamente, a concepção de que a superioridade histórica do trabalho livre era, na verdade, a superioridade cultural e até racial do imigrante em relação aos nativos, escravos ou não.

Muitos historiadores afirmam que a imigração marcou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Ora, se trabalho livre, nestes termos, é empregado como sinônimo de trabalho assalariado é um grande equívoco, pois os imigrantes majoritariamente não eram assalariados e, em muitos casos, ocorreu um regime de semiescravidão. A grande transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi, na verdade, um notável experimento de reinvenção de formas arcaicas de exploração do trabalho.

Era patente a preocupação com o ingresso, no Brasil, de mão-de-obra livre, face à efetivação da lei Eusébio de Queiróz de 1850, pois enquanto houve suprimento de escravos africanos a elite agrária dominante não se interessou, salvo em situações isoladas, por fomentar a vinda de imigrantes europeus.

No caso particular da província do Espírito Santo, o governo procurava incorporar, através da agricultura, espaços virgens, áreas montanhosas centrais da província, terras frias e extremamente úmidas.

As terras frias e úmidas de Santa Teresa logo fizeram como vítima o filho de Karina. O pobre Emílio não suportou as complicações respiratórias provocadas pelo frio cortante do lugar. Este fato mudou os rumos da família Tamanini, que decidiu procurar as terras baixas e quentes de Conde D'eu. Dizia Arturo: "informaram-me que Conde D'eu tem clima quente e inverno ameno; condições boas para se negociar, terra fértil e um povoado bem grandinho (TAMANINI, 1981, p.61).

Conde D'eu, antigo nome de Ibraçu, foi terra de muitos nomes. De acordo com Buzatto, que expõe no texto abaixo:

Ibraçu teve, pelo menos, oito nomes até os dias atuais. Foi núcleo Santa Cruz, porque dependia da Vila de Santa Cruz, no litoral. Pensou-se em lhe dar o nome do presidente da província à época da fundação "Abreu Lima".

Conde D'eu era o nome do barracão e quem o deu foi o então diretor da colônia de Santa Leopoldina, Aristides Armínio Guaraná. Com a proclamação da república foi trocado o nome para Quintino Bocaiúva, depois para Vila Guaraná. Tendo-se construído a estrada de ferro no início do século, a estação local recebeu a designação do político Lauro Müller. Quando se fundou o núcleo Acioli Vasconcelos à margem do rio Pau Gigante, tal nome passou a designar toda a região, donde depois transferiram para a sede. Na época da ditadura de Getúlio Vargas, por um rompante de nacionalismo, a cidade de Pau Gigante teve o nome traduzido para o tupi e nesta língua fica sendo Ibirapu (BUZATTO, 2010, p.19).

Em Conde D'eu, Karina viveu momentos de conquistas, como o avanço nos negócios da família, a viagem de Arthuro para a distante Minas Gerais, a morte do marido em circunstâncias misteriosas, a dor e o recomeço, surgido ao acaso, num novo casamento com o italiano Lessandro. Karina, exemplo típico da mulher italiana, com fibra e determinação, passou a tocar os negócios da família. Os italianos demonstraram, ao enfrentarem as dificuldades e conseguir progredir economicamente, que portavam o que Antonia Colbari chamou de “espírito empreendedor do imigrante”, pois além de enfrentarem as dificuldades, ainda construíram infra-estruturas básicas, nos núcleos coloniais, como estradas, escolas etc., superando muitas vezes a ausência do Estado.

O caráter “empreendedor” do imigrante é inegável, entretanto não podemos jamais esquecer que todo esse processo foi marcado por uma profunda “dor”. Portanto, foi um sofrido caminho de “empreender” “dor”, literalmente.

Para enfrentar todos esses desafios, o imigrante impunha a si e a sua família uma autoexploração onde “se submetia a jornadas de trabalho extenuantes e reduzia o consumo de mercadorias a níveis extremamente baixos” (SALETTTO, 1996, p.148). Era o meio encontrado para alcançar o ideal de prosperidade, ou seja, a obtenção de uma pequena propriedade para sustentar melhor a família. Em suma, “não pretendiam repetir na nova terra suas experiências amargas como proletários nas cidades européias, que com a rápida urbanização e industrialização não ofereciam condições adequadas de sobrevivência” (PETRONE, 1982, p.56).

As famílias italianas tinham como característica a grande quantidade de membros. Na maioria dos casos, essa era uma situação favorável, pois proporcionava mais

braços que estariam aptos para a lavoura, portanto, um maior potencial de trabalho da família.

A imigração italiana no Espírito Santo teve aspectos bastante singulares, a principal delas foi o advento da pequena propriedade, especialmente a cafeeira, nas áreas onde os núcleos de colonização imigrante penetraram. Nas terras capixabas, havia condições favoráveis a este fato, como a grande abrangência de terras devolutas, um enorme vazio demográfico no interior, devido à colonização eminentemente carangueja desde os tempos da capitania hereditária, e ainda, a força limitada do setor latifundiário na província. E quando surgiram as grandes propriedades no Espírito Santo, essas “não se mostraram suficientemente vigorosas a ponto de perturbar os planos do governo imperial [...] de implantação de núcleos coloniais de pequenos proprietários (ROCHA, 2000, p.46).

Nos tempos de Conde D’eu, a figura do padre Martinelli, representava mais do que um líder religioso. O padre na comunidade de imigrantes italianos era central na vida de todos. Essas comunidades eram predominantemente católicas, onde o sacerdote, além de conselheiro e autoridade moral, era o elo com o exterior, era o pacificador e confortador das amarguras da vida.

O padre Domênico Martinelli tinha relevante atuação política na região do Timbuí, como atesta o professor Renato Pacheco, no texto *Conflito nas colônias agrícolas espírito-santenses (1827 – 1882)*:

O padre Domênico Martinelli, do qual só são encontrados elogios, por sua abnegação, a despeito da sua idade avançada, e de 1879 a 1883 criou uma série de situações difíceis para a administração provincial, pois procedia irregularmente, envolvendo-se em política, exercendo vinditas contra os que não comungam de suas ideias e praticando atos reprováveis. Embora tivesse sido suspensa sua provisão canônica, continuava a praticar atos litúrgicos (PACHECO, 1994, p.24).

O padre Martinelli teve atritos com o padre alemão de Santa Isabel, João Fritz (ou Fritzen) e atritos com as autoridades provinciais. Portanto, o padre tinha o lado pacificador e confortador, e por outro lado, era centro de atritos, até mesmo com as autoridades eclesiais.

O padre funcionava como uma espécie de para-raio na relação conflituosa entre Tabachi e os imigrantes italianos. Em janeiro de 1877 o jornal *O Espírito Santense* noticiava, em resumo, que as coisas iam mal com os referidos colonos: “não existem no Timbuí estradas, nem barracões. Mais de 200 colonos já faleceram. No Porto de Cachoeiro estão jogados nas ruas e nas estradas.” Enfatizava o referido jornal: “estão acontecendo coisas incríveis nesta colônia: recentemente apareceu um senhor que dança e canta e faz discursos apimentados contra o governo e tacha de sem-vergonha os nossos agentes”. Muitos questionavam, onde estavam as dezenas de contos gastos no núcleo de Timbuí naqueles últimos tempos. É evidente que o agente sem-vergonha em questão era Pietro Tabachi e que somente ele poderia esclarecer o paradeiro dos investimentos estatais no Timbuí.



### **4.3.1. Os caminhos rizomáticos e o devir-imigrante.**

O romance que inicia em terras capixabas no desembarque em Vitória, no desencanto com a hospedaria dos imigrantes, depois de subir as águas do Rio Santa Maria da Vitória, chegar ao porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, subir a serra de Santa Teresa, num misto de desbravamento, aventura e muita dor; desceu até as terras quentes de Conde D'eu, e no seu último momento, voltou à Vitória onde Karina atravessou a baía até Vila Velha, e lá, num momento de profunda nostalgia, teve um encontro com o passado, reconhecendo e sendo reconhecida por Francesco, seu grande amor dos tempos de Matarello. Entretanto, naquele momento era tarde demais para ser vivenciado.

Poderíamos fazer uma analogia dos caminhos trilhados pela protagonista do romance com os caminhos trilhados por uma grande massa de imigrantes italianos no Espírito Santo. Majoritariamente, foram para o interior, levados aos núcleos de colonização. Tentaram com muito sacrifício construir uma vida mais digna do que aquela que os impeliu a abandonar sua terra natal. Entretanto, aos milhares, quase um século depois, foram empurrados pela grande crise da lavoura do café capixaba e a implantação dos grandes projetos industriais na Grande Vitória, na chamada “grande virada da economia capixaba” e retornaram à Grande-Vitória, constituindo parte do proletariado capixaba, funcionário público, comerciante etc., em sua ampla maioria, muito distante do imaginário do imigrante italiano bem sucedido, elite burguesa, Matarazos, Dadaltos (certamente, exceções que confirmam regra).

Pode-se dizer que existe um estereótipo da imigração, um esquema simplificador que reduz uma história dramática a uma epopeia de ascensão social que não ocorreu para uma grande maioria dos imigrantes. A ideologia da superioridade cultural e até mesmo racial do imigrante sobre os povos nativos, escravos ou não, estimulava a imigração para o “branqueamento” do povo brasileiro e não poucos imigrantes assumiram como verdadeiro esse pressuposto. Investigando inúmeros sites de imigrantes italianos, encontrei no blog da família Tamanini o hino familiar, que despertou muito a minha atenção:

### Hino dos Tamanini

Dos longíquos lugares da Itália  
Vieram ao Brasil os trentinos.  
Entre a gente que se esforça e trabalha,  
Se encontra um senhor Tamanini.

Tamanini , uma grande família,  
Somos nós que fazemos a história!  
Tamanini, o teu nome se assemelha  
Às estrelas reluzentes de glória!

Com a força dos filhos e parentes,  
O imigrante trentino plantou  
A semente de lugares crescentes;  
As montanhas e os vales mudou.

Com o trabalho de honestos italianos  
Será o sinal de raça mais forte.  
Mas, seguramente, nós somos brasileiros!  
Tamanini seremos até a morte! <sup>2</sup>

O hino dos Tamanini reforça a visão heroica e mitológica da imigração. Uma imigração feita pelo imigrante, e não pela desterritorialização imposta pelo avanço do capitalismo? Uma história escrita em páginas em branco? Com a força de filhos e parentes, reforçando a família de aldeia, herança da Itália expulsora. Ressaltando o trabalho e a honestidade do povo italiano, a letra do hino enfatiza: será o sinal de raça mais forte! É a italianidade chegando próximo a fronteira do preconceito.

A desterritorialização imposta pelo avanço do capitalismo na Europa, no final do século XIX, combinada com a crise do escravismo no Brasil imperial, produziu um devir-imigrante que, por sua vez, gerou inúmeros devires como, por exemplo, o devir-cidades, o devir-nativo, o devir-oralidade, o devir-mestiçagem, o devir-mulher, etc., uma vez que o

devir é uma realidade, os devires longe de se assemelharem ao sonho ou ao imaginário, são a própria consistência do real. Convém, para compreendê-lo bem, considerar sua lógica: todo devir forma um bloco, em outras palavras, o encontro ou a relação de dois termos heterogêneos que se “desterritorializam” mutuamente (ZOURABICHVILI, 2004, p.24).

---

<sup>2</sup> Letra e Música: Ludovico Adami - Campo Grande - MS / 02-04-1999.  
<http://famiatamanini.blogspot.com/search/label/L%27%20Inno%20dei%20Tamanini-> Acesso:  
9/12/11.

O devir-imigrante foi, por essência, desterritorializado e produziu um devir- nativo, pois gerou outra forma de viver e de sentir que envolveram e resultaram em multiplicidades, heterogeneidades, mas também singularidades, típicas das realidades culturais do Espírito Santo.

## 5. CAPÍTULO IV: *KARINA* ENQUANTO ROMANCE DE TESTEMUNHO.

A noção de testemunho é jurídica e etimologicamente refere-se à voz que toma parte de um processo, em situação de litígio, e que pode contribuir para elucidar tal situação. Além disso, o termo testemunho se associa na tradição com a figura do martirizado e do sobrevivente de uma provação. Em ambas as situações, trata-se de indicar uma voz em tensão com uma realidade conflitiva. Etimologicamente, há dois termos em latim para representar testemunha, como observamos abaixo:

O primeiro, *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha, significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro (*terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar um testemunho disso (AGAMBEN, 2008, p.27).

O romance de testemunho *Karina*, de Virgínia Tamanini, é narrado em primeira pessoa, mas a voz de Karina não é a voz de Virgínia e sim a enunciação coletiva de inúmeras mulheres emigrantes. O romance, apesar do lirismo e da escrita direta da autora, é um documento histórico que atesta a dor, a agonia e a extrema exploração que foi imposta aos imigrantes nesta província do Espírito Santo.

A protagonista Karina, na verdade, foi Caterina Tamanini, mãe da autora. Seu relato faz parte de toda a memória da família, história de muitas outras famílias e de toda uma gente emigrante que radicou em terras capixabas.

Virgínia não é uma testemunha ocular da história que conta, portanto, não é uma testemunha em primeiro grau. É uma terceira pessoa que relata as memórias de sua mãe, a dor de seus ancestrais e todo o sofrimento de seu povo. Nesse sentido, é oportuno citar Jeanne Marie Gagnebin que

propõe ampliar o conceito de testemunha, apontando para um 'terceiro', nem algoz, nem vítima. Primeiro temos a testemunha direta, que viu. Numa outra situação, temos a testemunha que ouviu a narrativa e levou adiante,

operou a “rememoração dos fatos” no sentido de entender para não se repetir (GAGNEBIN, 2006, p.57).

Outro aspecto da literatura de testemunho contemplada no romance *Karina* é que o mesmo dá “voz aos subalternos, aos excluídos”. Afinal, a massa de emigrantes era pobre, excluída, era composta de “vidas desperdiçadas” e de “entulho humano”. Assim:

A literatura de testemunho não se filia aos ideários nacionalistas, tão importantes na historiografia canônica brasileira. Há uma relação direta entre ideologias nacionalistas e exclusão, e se trata do testemunho de atribuir voz aos subalternos excluídos (PENNA, 2003 p.317).

Na obra *Karina*, a dor, a agonia e a morte perpassam todo o romance, afinal a “emigração da fome” foi um profundo evento de exploração e sofrimento. “Dar testemunho, em larga medida, consiste em relatar a proximidade da morte” (SELIGMANN-SILVA, 2007, p.52).

Podemos pontuar na obra momentos marcantes de agonia, dor e morte, como a morte de Bononi, que não acostumado aos trabalhos de derrubar a mata, foi esmagado por uma árvore, como é descrito no fragmento do romance que segue:

Quando arriaram o corpo de Bononi no chão do terreiro, logo se improvisou uma cruz com dois paus roliços amarrados. E uma coroa de flores silvestres surgiu, como por encanto, suspensa nos braços da cruz. Depois o corpo, envolto num lençol, foi colocado sobre um estrado, improvisado às pressas (TAMANINI, 1981, p.37).

Muitos italianos morreram desbravando as matas das montanhas capixabas, enfrentando o desconhecido, as densas matas, as onças, as cobras, as doenças tropicais.

Outro momento de dor, marcado pela morte de outra forma muito comum entre os imigrantes, foi a descrição triste e dolorosa da agonia de Giacomo Fardini, morto por uma picada de jararaca, num ponto distante da serra, onde não havia cemitério ou

sequer caixão, as mortes iam trilhando um rastro de sepulturas, como observamos no fragmento que segue:

Não havia tábuas para o caixão. O corpo de giácomo foi envolvido num lençol branco e acomodado em seu leito de morte [...] uma cruz marcou a sepultura. Para Giácomo Fardini a vida parava ali, à sombra daquela cruz e daquelas matas... (TAMANINI, 1981, p.49).

O momento mais agudo de dor, entre tantas dores espalhadas pelos caminhos do romance, ocorreu quando a morte atingiu o menino Emilio, filho de Karina. Morte que, por certo, simboliza as inúmeras mortes de crianças, vítimas mais frágeis e imediatas das terríveis condições das áreas inóspitas onde os italianos foram forçados a desbravar. Emílio, como tantas outras inocentes e anônimas crianças, morreu de complicações respiratórias, vítima da extrema umidade das montanhas e do frio cortante do inverno. Sua morte é descrita no trecho que segue:

O menino tinha os olhos revirados e escapava-lhe dos lábios entreabertos um gemer quase inaudível. Arthuro andava pela casa, agitado, a clamar contra os céus. Depressa, despi a roupa molhada, vesti outra enxuta e apanhei meu filhinho no colo. Emílio parou de gemer. Encostei seu rostinho ao meu e senti que não tinha mais febre, estava fresquinho e calmo. Com todo o cuidado, coloquei-o em minha cama, a fim de agasalhá-lo melhor. Notei-lhe as feições alteradas. Encostei minha face à sua boca para sentir-lhe o calor da respiração. Não respirava mais. Estava morto (TAMANINI, 1981, p.57).

Na história do Brasil ocorreram vários tipos de silenciamentos de vozes discordantes. O silêncio nem sempre é concordante, pois muitas vezes é imposto de forma sutil. Qual o papel dos intelectuais e dos escritores em relação às violências cometidas por governos ou por grupos dominantes?

Nos testemunhos literários como em *Karina*, rompe-se o silêncio, em contrariedade ao autoritarismo, o testemunho se coloca em conflito com posições oficiais. O romance em sua sutileza reforçava a argumentação da proibição da imigração italiana no Espírito Santo, reforçava a posição das vítimas de todo aquele processo de espoliação do homem pelo homem, sem ser panfletária, sem engajamento

ideológico, a autora não levantava bandeiras, mas fazia de suas reflexões, seu maior compromisso com a história enquanto devir.

João Batista Cavati em sua obra *História da imigração italiana no Espírito Santo*, afirma que “o que Virgínia Tamanini escreve em seu romance *Karina* sobre a atividade de Tabachi, parece mais realidade do que ficção de romance” (CAVATI, p.17). Outro importante historiador capixaba, Luiz Serafim Derenzi, em sua obra antológica *Os italianos no Espírito Santo*, também se refere à Virgínia Tamanini enfatizando o quanto de realidade e de testemunho tem em sua obra: “Virgínia Tamanini, em *Karina*, relata o rebuliço causado por Tabachi em Trento, com muita realidade e colorido” (DERENZI, 1974, p.48).

O romance trabalha com fatos e nomes, em sua ampla maioria, reais. Apresenta a denúncia do oportunismo de Pietro Tabachi, com a força literária e a legitimidade dos fatos, postura esta que rendeu à autora animosidades com os descendentes dos Tabachi, mas mostrou a “verdade do ponto de vista dos vencidos”.

A “História contada sob a ótica dos oprimidos”, a meu ver, expressa no romance *Karina*, lembra-me fortemente Walter Benjamin em *Teses sobre o conceito de História, de 1940*, onde ressalta:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado (BENJAMIN, 1994, p. 223).

Os pequenos fatos narrados por Virgínia G. Tamanini fazem parte do grande acontecimento da imigração italiana para o Espírito Santo, contada sob a “ótica dos vencidos”, neste sentido, o romance de Tamanini alude à “Tradição dos oprimidos” utilizado por Benjamin, enfatizando a luta de classes:

A luta de classes, que um historiador educado por Marx, jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor (BENJAMIN, 1994, p.223).

A exigência fundamental de Benjamin é escrever a história a contrapelo, ou seja, do ponto de vista dos vencidos, contra a tradição conformista do historicismo alemão, cujos partidários entram sempre "em empatia com o vencedor".

É evidente que a palavra "vencedor" não faz referência a batalhas ou guerras habituais, mas à "guerra de classes", na qual um dos campos, a classe dirigente, "não cessou de vencer" os oprimidos. Desde Spartacus – o escravo rebelde – até o grupo espartaquista de Rosa de Luxemburgo, ou seja, desde o Império Romano até o Império Nazista.

O romance de caráter biográfico, testemunho da exploração de milhares de italianos em terras capixabas, perpassado por conflito social, reafirma como o "sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida" (BENJAMIN, 1994, p.228).



## 6. CAPÍTULO V: *KARINA ENQUANTO LITERATURA MENOR.*

Deleuze e Guattari, no célebre *Kafka: para uma literatura menor*, apontam três aspectos que caracterizam a literatura menor: a desterritorialização, o caráter político e os agenciamentos coletivos de enunciação.

A literatura menor não é uma forma de expressão “menor”, não pertence a uma língua menor, mas, sim, à língua que uma minoria constroi no contexto de uma língua maior. Os imigrantes italianos no Espírito Santo, especialmente os filhos destes imigrantes nascidos no solo capixaba, desde a tenra idade, educados e alfabetizados em italiano (como foi o caso de Virgínia Tamanini), tinham a impossibilidade de escrever literariamente, senão em português, impossibilidade de escrever de outra maneira. Virgínia foi uma autodidata até na sua alfabetização em português.

Virgínia precisava dominar os caminhos e atalhos da grande língua daquela terra onde nasceu; daquele território que a acolheu, mas onde era uma “desterritorializada”, a língua de seus ancestrais era um “forte coeficiente de desterritorialização”. Em suma, Virgínia Tamanini, para tornar-se escritora, teve que vencer inúmeras barreiras: a barreira da língua de origem ancestral, as barreiras do tradicionalismo, do conservadorismo e por extensão, a barreira de escrever enquanto mulher numa sociedade machista. Por tudo isso, Virginia Tamanini significou a potência do devir-mulher.

No romance, há um exemplo radical de desterritorialização, como segue no trecho abaixo:

E havia o fenômeno do pobre Benedito, tapanhaúna, criado por uma família de imigrantes italianos. Falava o italiano tão bem quanto eles. Na hora do barulho, entrava sempre ao lado destes [...] (TAMANINI, 1981, p. 147).

Um negro da comunidade, Benedito, que falava italiano tão bem quanto os imigrantes, mas era discriminado duplamente, pelos italianos, pois era negro, e

pelos brasileiros, porque falava italiano e cantava com eles. Benedito era um negro deslocado de suas origens étnicas, falando uma língua desterritorializada, rejeitado por seus “irmãos de língua” e por seus “irmãos de raça”. Era um desterritorializado elevado a uma condição absurda de deslocamento.

A segunda característica da literatura menor é que nela há um forte caráter político.

A literatura menor é completamente diferente: o seu espaço, exíguo, faz com que todas as questões individuais estejam imediatamente ligadas à política [...]. É nesse sentido que o triângulo familiar se conecta com outros triângulos, comerciais, econômicos, burocráticos, jurídicos, que lhes determinam valores (DELEUZE e GUATTARI, 2002, p. 39).

No romance de Virgínia Tamanini, todos esses triângulos aparecem nitidamente: os contratos com o agenciador Tabachi, as relações com o governo provincial, a dedicação ao comércio nos bons tempos de Conde D’eu. No entanto, a denúncia da extrema exploração dos imigrantes italianos deu ao romance um caráter político, possivelmente, muito além das pretensões da autora, e uma força literária inquietante, transformadora e capaz de romper fronteiras.

A terceira característica é que tudo toma um valor coletivo, aparece com clareza os “agenciamentos coletivos de enunciação”.

É a literatura que se encontra carregada positivamente desse papel e dessa função de enunciação coletiva e mesmo revolucionária: a literatura é que produz uma solidariedade ativa apesar do ceticismo; e se o escritor está à margem ou à distância da sua frágil comunidade, a situação coloca-o mais à medida de exprimir outra comunidade potencial, de forjar os meios de outra consciência e de outra sensibilidade (DELEUZE e GUATTARI, 2002, p. 40).

A voz de Karina expressa à enunciação coletiva das milhares de mulheres imigrantes. É a voz da solidariedade com seus iguais e com aqueles múltiplos diferentes, mas também oprimidos, que a cercavam.

A escrita de Virgínia Tamanini se distancia de suas origens, à medida que se coloca para exprimir uma “outra comunidade potencial” e “outra consciência e de outra sensibilidade”:

A ideia de voltar para a Itália, começou a germinar. Mas havia dentro de mim outra força que não me deixava tomar decisão. Tudo mudara na feição do meu sentir. Queria um grande bem à terra que adotara. O passado, de além-mar, ia ficando cada vez mais distante, mais impreciso (TAMANINI, 1981, p. 101).

*Karina* tem a potência da literatura menor, sobretudo, pois expressa os problemas de uma minoria. Problemas típicos de uma literatura menor, mas também de todos nós: como arrancar de sua língua uma língua menor, capaz de escavar uma linguagem e fazê-la seguir por uma linha sóbria? Como tornar-se nômade ou imigrante ou cigano de sua própria língua? Fica evidente que no termo “menor” empregado por Deleuze e Guattari, está ausente a conotação valorativa que comumente lhe é atribuída.

## **6.1. As pioneiras da literatura feminina capixaba e a literatura menor.**

O Espírito Santo representa apenas 0,54% do território brasileiro, mas em suas origens coloniais era uma imensa capitania pertencente ao donatário Vasco Fernandes Coutinho. No final do século XVII, com a descoberta do ouro no interior da capitania, a região da mineração veio a ser chamada de capitania das Minas de Ouro e a capitania do Espírito Santo foi reduzida de tamanho e importância, passou a uma condição periférica, foi transformada por imposição da coroa portuguesa em barreira verde para proteger o ouro. Foi proibida a navegação pelo Rio Doce e também a construção de estradas para o interior da capitania. Dessa forma, a capitania teve o desenvolvimento retardado e a região ficou condenada ao atraso em relação a todas as vizinhanças.

O atraso econômico do Espírito Santo refletiu também no atraso cultural da região. Nesse sentido, podemos observar na literatura dos séculos XVI ao XX:

A literatura produzida no Espírito Santo pode ser considerada “marginal” ou “periférica” por dois motivos: geográfica ou culturalmente. Do século XVI ao XX, toda a literatura feita por capixabas ou no Espírito Santo tinha como modelos os centros europeus [...] ou nacionais [...] vivendo à margem desses centros, geográfica ou culturalmente, por pretender copiar ou imitar aqueles modelos (RIBEIRO, 1996, p.27).

O Espírito Santo, geograficamente o nordeste do sudeste, padeceu durante séculos como a região mais pobre, em meio à riqueza dos vizinhos. Em termos literários, no século XVII, o Barroco floresceu na Bahia, com Vieira e Gregório de Matos. O Arcadismo despontou em Vila Rica no século XVIII. No século XIX, no Rio de Janeiro, veio o Romantismo e no final do século, o Realismo. Enquanto isso, muito pouco ocorria no Espírito Santo, que vivia na periferia dos grandes centros e meramente copiava as influências estrangeiras e regionais dominantes.

A literatura feminina no Espírito Santo teve como precursoras escritoras que publicavam seus textos em jornais no século XIX: Adelina Tecla Correa Lírio (1863-

1938) e Orminda Escobar Gomes (1875-1972). Reflexo de toda situação socioeconômica da província do império, depois do Estado na República, que não mudou o caráter periférico do Espírito Santo. A produção literária das mulheres capixabas era muito reduzida, situação agravada pelo caráter conservador e machista ao extremo da sociedade capixaba.

Em 1869, foi fundada em Vitória a escola secundária para mulheres, mais tarde intitulada Colégio Nossa Senhora da Penha, que originou a Escola normal do Espírito Santo. O currículo, nessa escola, enfatizava gramática, aritmética, música, trabalho de agulha, francês, geografia e história, “conhecimentos julgados, então, indispensáveis à mulher”.

A profissão que a sociedade reservou à mulher foi o magistério. Segundo Maria Beatriz Nader, o magistério era

considerado como uma profissão naturalmente feminina, o que dessa forma, representava a reprodução da vida da mulher da unidade doméstica. Passou a ser uma profissão aceita pelos padrões culturais como feminina (NADER, 1997, p.65).

As escolas e as professoras abriram as portas do ambiente doméstico para um mundo muito além da literatura masculina. A leitura de artigos e poemas escritos por mulheres nos jornais capixabas abriam possibilidades de um novo universo, como podemos constatar no fragmento seguinte:

Anônimas ou assinando com pseudônimos, as mulheres capixabas faziam a sua história nas páginas dos jornais. A educação permitiu que muitas delas pagassem para ver suas poesias impressas. Para isso, existia em todos os jornais a seção publicações a pedido [...]. A liberdade de expressão da mulher capixaba nasceu sob o signo da poesia (MESQUITA, 1999, p.22).

A professora, desenhista e pianista Adelina Tecla Correia Lírio foi à precursora das escritoras capixabas, com uma visão além de seu tempo, rompeu as barreiras do domínio da produção literária masculina e com seus poemas marcou forte presença na imprensa capixaba, no final do século XIX. Por exemplo, podemos ilustrar com a publicação do poema de Adelina Lírio *ao dia 7 de setembro*, de cunho abolicionista, publicado em 7 de setembro de 1886:

Combatem grandes ideias  
O rigor do cativo  
E desponta nova aurora  
Para o céu do – brasileiro.

Já se forçam as cadeias  
Que supporta a escravidão  
Oh! Salve! Trez vezes salve!  
Ao Brasil – grande nação!

Caminha a luz brilhante  
D' essa nobre aspiração,  
Anima as flores nascentes  
Da grande – regeneração.<sup>3</sup>

O pioneirismo de Adelina Lírio ficou marcado nestes versos, onde a poetisa aproveitou a ocasião do dia da independência para propor a independência de uma outra nação: a dos negros. A postura política abolicionista de Adelina Lírio estimulou outras mulheres e o movimento abolicionista foi uma porta aberta para expressão do devir-negro associado ao devir-mulher.

Outra mulher marcante na literatura e na cultura capixaba foi Maria Stella de Novaes (1894 -1990). Poeta, folclorista, historiadora e pesquisadora tenaz, foi primeira mulher membra do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Maria Stella citava “o preconceito masculino tão arraigado contra a mulher, a poeta destacava a fala do Doutor Felix Pacheco, em entrevista à revista *Fon-Fon*, em 1917” (RIBEIRO, 1996, p.36), onde afirmava que a virtude da mulher era “o horror à poesia”. Uma quintilha popular da época dizia:

Estude a geografia,  
Leia alguma boa história,  
Mas, não se atire à poesia.  
Porque mulher, que se faz poeta,  
Põe o marido pateta<sup>4</sup>

Escrever poemas, qualquer devir-escrita, era uma atividade interdita às mulheres, pois a mentalidade dominante afirmava que o dever de uma mulher honesta era não

---

<sup>3</sup> Jornal A província do Espírito Santo, Victória, 7 de setembro de 1886.

<sup>4</sup> NOVAES apud RIBEIRO, 1996, p. 36.

ser conhecida, não podia se sujeitar ao juízo de todos, não podia se colocar enquanto devir-mulher.

Em 1927, em artigo publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, expressava sua posição sobre a tarefa da mulher na sociedade daquele momento:

[...] A mulher, senhores, não tem no Brasil o direito de eleger os futuros dirigentes do povo, não elabora projetos e não dirige pastas; desempenha, aliás, a tarefa muito mais nobre e liberal em consolações – a de ser formadora e a meiga companheira de nossos estadistas e dos representantes de nossa cultura; amparo nas horas negras, em que sentem vacilar ou destruir-se o pedestal da glória, guarda vigilante e sincera da sua memória!<sup>5</sup>

A partir da década de 1940, projetou-se definitivamente como educadora e intelectual e assumiu uma posição onde questionava, publicamente, a não aceitação de mulheres em muitas instituições intelectuais, entre elas a Academia Espírito-Santense de Letras.

Maria Stella de Novaes foi uma revolucionária de seu tempo, rompeu as barreiras de uma sociedade capixaba, machista e conservadora. Com sua tenacidade e inteligência deixou uma vasta obra de cultura do Espírito Santo, tendo publicado mais de 50 obras sobre Pedagogia, Folclore, Memória, Botânica e História.

No extremo sul do estado, em São José do Calçado, foi criado, em 1889, um clube literário Amor às Letras, composto só por mulheres. Foi também no sul do estado, em São Pedro de Itabapoana, que surgiu a primeira escritora do Espírito Santo, Maria Antonieta de Siqueira Tatagiba (1895-1928).

São Pedro de Itabapoana foi um dos mais prósperos municípios do Espírito Santo até 1930. Em 1883, fundou-se, em São Pedro, a sociedade literária José de Alencar; em fevereiro de 1885, o Teatro São Pedro de Alcântara; em 1890, foi instalado o município de São Pedro de Itabapoana, desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim,

---

<sup>5</sup> Revista do IHGES, Nº 6, ano 6, Vitória: Tipografia Coelho, 1927, Página 87.

transformado em cidade, em 1891. Em 1895, foi fundada a estação de trem, e em 1896, o colégio Professor Franco.

Foi nessa prodigiosa cidade do sul capixaba, mais evoluída que a capital, com estreita ligação com o Rio de Janeiro, que nasceu Maria Antonieta de Siqueira, em 1895, depois casada com José Vieira Tatagiba, magistrado, romancista e poeta. Em 1927, publicou pela extinta Editora Leite Ribeiro, no Rio de Janeiro, o livro de poemas *Frauta Agreste* e faleceu prematuramente em 13 de março de 1928, vítima de tuberculose.

Em 1937, a estrutura da Academia Espírito-Santense de Letras foi reformulada e aumentada para 40 membros, ainda assim nenhuma mulher foi convidada a preencher alguma delas. Mas, o ocupante da cadeira número 32, professor José Paulino, teve a sensibilidade de invocar Maria Antonieta Tatagiba como sua patrona e em seu discurso de posse homenageou a primeira poetisa capixaba e destacou a sua obra *Frauta Agreste*, destacando o extremo significado da escritora merecedora de uma eterna lembrança no contexto da literatura capixaba.

Outra notável escritora capixaba foi Haydée Nicolussi (1905-1970), que publicou um único livro de poemas, *Festa de Sombra*, em 1943, aos 38 anos de idade. Destacou-se pela originalidade de estilo e pela audácia das ideias para os padrões da época. O Poema título, *Festa de sombra* dizia:

O Mal tem tanto poder quanto o bem e quebram  
Os lampadários de Deus nas almas angustiadas.

Peregrinos da sombra caminhamos  
Numa alegria contraditória e constrangida:  
- esbanjamos energias em favor dos saciados.  
Racionamos a fé entre vidas vazias (NICOLUSSI, 1943, p. 9).

O poema *Festa de sombra* é bem característico da ambiguidade simbolista: a dualidade matéria/espírito, bem/mal, luzes/trevas, religiosidade/paganismo, fé / ateísmo e o individual/social.

Em 8 de julho de 1949, sob o patrocínio da Academia Masculina, foi criada a Academia Feminina Espírito-santense, presidida por Judith Leão Castelo, então



deputada e tendo como diretora artística Virgínia Tamanini. Por sinal, Judith Leão Castelo, a primeira mulher a entrar na Academia Espírito-Santense de Letras, seguida por Neida Lúcia Moraes e posteriormente acompanhada por Virgínia Tamanini.

A literatura feita por mulheres no contexto do Espírito Santo faz parte de uma marginalidade dentro de um todo que já é também marginal: a própria cultura do Espírito Santo (RIBEIRO, 1996, p. 54). Grandes e pioneiras escritoras, como as poetas Adelina Lírio e Maria Antonieta Tatagiba, a pesquisadora Maria Stella de Novaes e a eterna Virgínia Tamanini, mulheres que iluminaram as contradições de uma sociedade machista, discriminatória e injusta, afirmaram o feminino e abriram caminho para outras mulheres ocuparem espaço na cultura capixaba.

A literatura produzida por mulheres no Espírito Santo tem toda a potência da literatura menor, pois o estado sempre teve pouca importância no cenário cultural do país. Portanto, a desterritorialização da literatura capixaba foi sempre latente, já que se trata da expressão de uma minoria dentro da língua portuguesa produzida no Brasil. O “menor” do conceito não é no sentido de desqualificar a literatura feminina capixaba, mas sim, no sentido de ressaltar o caráter peculiar da cultura capixaba e a alteridade das vozes femininas, que são minoritárias dentro do contexto do território machista dominante. Portanto, as vozes femininas possuem um conteúdo político, em especial dessas pioneiras que romperam os preconceitos e os padrões falocêntricos da época, e também, pelo agenciamento coletivo de enunciação, expressão das vozes de milhares de mulheres silenciadas pelo rigor de uma sociedade que quase tudo as negava e onde eram condenadas à condição de “rainhas do lar”.

## **7. CAPÍTULO VI: ROMANZO KARINA: O CONTEXTO DE UMA TRADUÇÃO.**

O termo “tradução” é polissêmico, ou seja, possui vários significados e várias possibilidades de interpretação. Podemos inferir a partir do termo: A) como produto (o texto traduzido); B) o processo do ato tradutório; C) o ofício (a atividade de traduzir); ou D) a disciplina (o estudo do processo).

O modo de conceituar a tradução varia de acordo com a polissemia do termo e com as diferentes concepções dos teóricos da tradução. Por isso não podemos falar de uma teoria da tradução e sim como propõe Berman: uma tradutologia, não como uma teoria geral da tradução, ao contrário como ele demonstraria: “a teoria não pode existir, pois o espaço da tradução é babélico, isto recusa qualquer totalização, é, no entanto, a de meditar sobre a totalidade das “formas” existentes de tradução” (BERMAN, 2007, p. 21).

Portanto, não podemos falar de uma teoria da tradução e sim de múltiplas concepções teóricas, como nos aponta Berman:

A tradutologia, precisamente porque ela deve ser reflexão e experiência, não é uma “disciplina” objetiva, mas sim um pensamento-da-tradução, ela não interroga a tradução a partir da filosofia (como o faz, por exemplo, Derrida), mas se esforça por mostrar, explicitando o saber inerente ao ato de traduzir, o que este tem em “comum” com o ato de “filosofar” (BERMAN, 2007, p.20).

A grande tradução é inseparável de um pensamento filosófico do ato de traduzir. A tradução pode passar sem teoria, não sem pensamento. E esse pensamento se constroi no ambiente filosófico, ou seja, pensar a tradução na linguagem filosófica da reflexão e da experiência é a essência do processo tradutório. A tradução é uma obra de pensamento.

Um dos dilemas cruciais da tradução consiste na expressão “tradução literal”. Alguns “tradutores profissionais” entendem que traduzir literalmente é “traduzir palavra por palavra” (a tradução servil para os espanhóis). Em outras palavras, fazem uma

grande confusão entre “palavra” e “letra”. Evidentemente, pode-se demonstrar em várias grandes traduções, que traduzir a letra de um texto não significa absolutamente traduzir “palavra por palavra”.

Os dilemas da tradução são múltiplos. Há os que veem tradução como arte, como empreendimento de ordem literária e artística, e os que encaram como operação essencialmente linguística. Essa polêmica está relacionada profundamente com o dilema entre a tradução literal e a tradução livre, pois os que definem como arte, normalmente tradutores poetas, escritores, não-linguistas, defendem mais a tradução livre, enquanto os que definem como operações meramente linguísticas privilegiam mais a tradução literal ou direta.

Entre tantos dilemas, a tradução ocupa um lugar ambíguo. Por um lado, ela se submete a uma situação apropriadora e redutora do texto estrangeiro. O que acaba por produzir traduções etnocêntricas, ou seja, “má tradução”, no ponto de vista Bermaniano. Mas, por outro lado, a visada ética do traduzir, segundo Berman, opõe-se por natureza a essa situação: essência da tradução é ser abertura, diálogo, pluralidade, polifonia, mestiçagem, descentralização. A tradução é relação, interação, ou não é nada.

## 7.1. A história de uma tradução.

O romance *Karina*, de Virgínia Tamanini, foi lançado originalmente em 1964, como primeiro romance da autora, pela Pongetti Editora, no Rio de Janeiro. Até o início dos anos 80, o romance alcançou a cinco edições no Brasil, sendo o mesmo traduzido e editado pelo “Museo Degli Usi e Costumi Della Gente Trentina de São Michelli All’ Adige”, em 1980. A tradução é assinada pelo presidente da entidade chamado Guido Lorenzi.

Na apresentação do romance, o tradutor, em nome da entidade que representava, agradeceu a autora por ter consentido aquela primeira tradução italiana e dedicou o livro a todos os emigrantes de Trento e exaltou a sua capacidade de trabalho, enfatizando a antiga terra de origem e a tradição severa dos pais que ofereceram um notável exemplo aos filhos.

No prefácio, o tradutor relata o prazeroso contato que teve com Virginia G. Tamanini em Vitória, capital do Espírito Santo, “numa bela casa, com janelas abertas em direção ao mar”, enfatiza. Relata que o diálogo se deu no dialeto do Trento, demonstrando a fluência de Virginia na língua de seus ancestrais. Destacava as “expressões preciosas” da autora, a lembrança do sabor da infância e de vozes perdidas do passado.

Relatava que VirginiaTamanini contou a história da partida da pequena Matarelo, de Trento. A longa viagem de trem até Gênova, depois a travessia do “grande mar”. Alguns sonhavam em encontrar ouro; outros, as pedras preciosas; outros, terras férteis e livres para semear e descobrir bosques onde encontravam árvores para fazer madeira, no qual desenhariam casas, móveis e objetos maravilhosos. Entretanto, o encontro com a realidade se revelou sempre rude e não acalentando os projetos dos emigrantes. Afirmava Lorenzi: “então o Brasil se revelou aos nossos emigrantes sobre uma aparência rígida e má. Mesmo se o mar e o céu fossem azuis e a selva aparentasse verde, como árvores mais verdes que os montes do Trento”.

Guido Lorenzi observa em seu prefácio da edição italiana de *Karina*, o carisma daquela autora capixaba tão incomum, uma senhora nascida em 1897, no Vale do

Canaã, no município de Santa Teresa. Portanto, lançou o primeiro romance aos 67 anos, sendo o mesmo editado na Itália, quando a autora tinha 83 anos. Sobre a força daquela mulher que, por certo, muito o impressionou, o tradutor revela:

Virginia Tamanini olhava tudo com olhos arregalados e atentos, com inteligência aguda, registrava as mudanças nos homens, nas coisas, o perder-se da memória, na urgência do presente e o emergir de novo do passado nos momentos calmos, em torno do fogo do campo, em luminoso ambiente mágico, circulado pela noite, a “saudade” apertava os corações e o canto narrava a história de um povo com suas rápidas aventuras e a esperança para o amanhã [...] fora então que Virginia se tornou Karina e na concreta fantasia de artista se revelou como símbolo da mulher trentina, da mulher forte dos montes (TAMANINI, 1980, p.6).

Em seu prefácio, o tradutor avalia a obra, atribuindo à mesma muitos adjetivos: A protagonista Karina vive a sua aventura intensamente, no amor, no sacrifício, na espera, na conquista, na defesa dos seus direitos e na afirmação de sua profunda religiosidade. A história de Karina conta uma epopeia da transferência de um povo, de um continente a outro, de modo “estranho”, “revirado”, sobre o equador onde tudo parecia diferente e estranho.

A estranheza do tradutor fica nítida, quando tecendo mais comentários sobre a obra afirma: devemos reconhecimento a Virginia Tamanini, por tudo que fez pela história vivida de Karina, escrita em “língua estranha” (em um português que a revela escritora de precisa dignidade).

Entre tantos comentários sobre a sua vinda ao Espírito Santo, relata uma viagem ao lado de Virginia à Santa Teresa, intitulada por ele, como “cidade das flores” e o contato que teve com os filhos e os filhos dos filhos daquela gente antiga e corajosa, os herdeiros do Trento na terra do Espírito Santo.

O tradutor relata também nesse minucioso prefácio, a viagem que fez até o estado de Santa Catarina, onde descobriu quatro cidades neotrentinas (Nova Trento, Rodejo, Rio dos Cedros e Ascurra). Nessa região, descobriu a história de Amabile Visitainer, uma imigrante trentina, assim como Karina, que viveu na floresta e presenciou o surgimento de Nova Trento. Amabile fundou um estabelecimento religioso, as pequenas irmãs de Imaculada Conceição, que hoje está presente com 80 casas em todos os estados brasileiros. A religiosa trentina morreu em 1942, em

São Paulo. Depois de destacar os trentinos do sul do Brasil, Lorenzi faz um paralelo dessas duas notáveis mulheres trentinas: “duas mulheres, dois destinos, duas vidas paralelas a traçar um retrato exemplar da mulher trentina, da sua coragem, da sua dignidade e da sua fé.”

## 7.2. Os dilemas de uma tradução.

Na noite de 8 de janeiro de 2011, às 21 horas e 43 minutos fiz um longo contato telefônico com o Distrito Federal, onde tive a satisfação de falar com o senhor Fernando Tamanini, historiador, escritor e filho mais novo de Virginia Tamanini. Muito lúcido do alto de seus 87 anos e emocionado pela memória da mãe, que o meu contato, certamente, fez aflorar com maior intensidade. Fernando muito solícito lembrou-se da primeira edição de *Karina*, editado no Rio de Janeiro, que teve sérios problemas de revisão. Afirmou que a segunda edição, revisada por ele, sofreu uma profunda reformulação. Lembrou do momento da tradução para o italiano, nos fins dos anos 70. Mencionou o contato da mãe com Guido Lorenzi, no apartamento da família, no centro de Vitória. Neste momento, afirmou em nossa detalhada conversa que a senhora Virginia detestou a tradução feita para o italiano. Questionei: por que a autora não gostou da tradução? Disse que o tradutor não dominava bem o italiano moderno e nem tinha domínio da língua portuguesa.

A tradução utiliza inúmeros termos dos dialetos trentinos, como “estraneo”, “autrice” e ao longo da narrativa deixa uma série de palavras em português sem uma necessidade aparente ou uma justificativa, por exemplo, notas de rodapé. Palavras como saudade, rancho, rancheiro, quadra e até mesmo fazenda num dos títulos de um dos capítulos: ele escreve “La fazenda”, utiliza o artigo em italiano e “fazenda” em português, sendo que o mesmo traduziu os demais títulos de capítulos.

A tradução de Lorenzi empobreceu o original. Foi uma “feia fiel”. Feia, pois não contemplou a beleza da obra, não capturou o espírito de uma “Karina” rebelde, lutadora e emotiva, mas foi pretensamente “fiel”, pois tentou fazer uma tradução literal, ao pé da letra, no trilho de cada palavra. Manteve rigorosamente os capítulos, as seções divididas por algarismos romanos e os parágrafos. Entretanto, Lorenzi não conseguiu, em italiano, capturar a singeleza, a alma do “romanzo”, especialmente, não capturou o devir da obra, o devir-imigrante e os inúmeros devires que habitam o interior da obra-imigrante.

O tradutor não respeitou aspectos do estilo da autora. Por exemplo: a autora utilizava várias expressões no diminutivo, como: “manhã cedinho preparei mingau do

bebê” (TAMANINI, 1981, p. 42) e “Só de noitinha voltavam” (IDEM, p. 48). Lorenzi traduziu estes trechos sem diminutivos “Di mattina presto” e “Tornavano solo di notte”. Além disso, o mais grave é que o tradutor cometeu erros grosseiros como traduzir a referência à cachoeira “Véu de Noiva” como “Velo da Sposa”, e ainda pior, traduziu a referência à ave nativa chamada “macuco” como o animal “macaco”.

Por certo, *Karina* em italiano, na versão de Guido Lorenzi, foi marcada por inúmeros equívocos. Apesar de contar uma história que sensibilizava profundamente os trentinos (público-alvo da tradução), deve ter provocado um enorme estranhamento, pois o tradutor não possuía as ferramentas culturais e linguísticas para decodificar os múltiplos aspectos da obra.

*Karina* em italiano, apesar de ser vista pelos Tamanini e por mim, como uma “má tradução”, foi um marco para a literatura capixaba que rompeu as fronteiras do país e fez o caminho de volta para a Itália.



### 7.3. Tradução e literatura menor.

A tradução de *Karina* para o italiano, em 1980, feita por Guido Lorenzi, foi certamente uma tradução eurocêntrica e etnocêntrica, ou seja, uma prática tradutória “que traz tudo à sua cultura, às suas normas e valores, e considera o que se encontra fora dela – o estrangeiro – como negativo ou, no máximo, bom para ser anexada, adaptado, para aumentar a riqueza desta cultura” (BERMAN, 2007, p. 28).

O tradutor, sem conhecimentos da cultura e do contexto histórico da obra traduzida, não conseguiu capturar o devir-escrita e o agenciamento coletivo de enunciação expresso na mesma. Uma obra que falava de imigrantes italianos, escrita em língua estranha, está inevitavelmente implicada com as seguintes interrogações de Deleuze e Guattari:

Quantos é que vivem hoje numa língua que não é a sua? Ou então nem sequer a sua conhecem, ou ainda não a conhecem, e conhecem mal a língua maior que são obrigados a utilizar? Problema dos imigrantes, e sobretudo, dos filhos deles. Problema das minorias (DELEUZE e GUATTARI, 2002, p.43).

O devir é sempre minoritário. O devir-imigrante foi expressão de uma minoria, seres humanos desterritorializados, arrancados de sua terra, de suas raízes, obrigados a emigrar e introduzidos numa paisagem natural e cultural completamente diferente dos padrões italianos. Para os italianos, *Karina* era um romance que falava do igual, mas envolto em profunda diferença.

Em suma, foi uma tradução desconectada, pois a escritora, ao escrever *Karina*, gerou fluxos que não terminam neles mesmos, mas sim, encontram outros fluxos com os quais fazem novas conexões, o mesmo só permanecerá vivo à medida que encontra novas conexões possíveis. Nesse sentido, *Karina* tem a potência do devir-escrita e todo esse significado não foi contemplado na tradução.

Em todos estes sentidos – o romance enquanto literatura menor, enquanto devir-escrita, enquanto agenciamento coletivo de enunciação, enquanto expressão de desterritorialização –, a tradução para o italiano não conseguiu capturar, pois se

limitou a fazer uma duvidosa tradução literal e não estava sensível para exprimir outra comunidade, o encontro de singularidades, outra consciência e não capturou o devir-imigrante. No encontro com as singularidades nativas, nem mais italiano, nem brasileiro, pessoas em meio a um processo de desterritorialização, por isso mesmo, vivenciando inúmeros devires; o único em plena multiplicidade, ou seja, caminhos rizomáticos sempre em caminhada, na construção de um novo, um novo mundo e uma nova cultura.

## 8. CONCLUSÃO: A ITALIANIDADE CAPIXABA: REALIDADE OU MITO?

A realidade histórica e sociocultural do Espírito Santo foi marcada por um intenso fluxo imigratório e transmigratório interno expresso nas levas de etnias europeias, como: portugueses, italianos, suíços, alemães, pomeranos, poloneses. E ainda de açorianos, sírio-libaneses, e de muitas outras levas de negros africanos, migrantes brasileiros de Minas Gerais, da Bahia, do Rio de Janeiro, bem como inúmeros grupos indígenas que já viviam em terras capixabas.

A maioria absoluta dos imigrantes e migrantes nacionais começa a chegar ao Espírito Santo a partir de meados do século XIX, originando uma identidade multicultural. Esse caráter da identidade capixaba torna-se mais acentuado com o aumento da população do estado e o crescimento da economia cafeeira.

De acordo com Stuart Hall,

Em momentos dessemelhantes, sujeitos e comunidades anteriormente isoladas se cruzaram em trajetórias migrantes internas no espaço e no tempo dos desmembramentos geográficos e históricos, próprios de seu desenvolvimento. [...] Em situação de diáspora, as identidades se tornam múltiplas (HALL, 2003, p.84).

Em situação de diáspora, de um violento processo de desterritorialização, como sofreu o emigrante italiano, que foi impelido a sair do país em levas anuais de 200 a 300 mil indivíduos, para que os que ficassem conseguissem trabalho. Essa realidade produziu o encontro de singularidades, gerando multiplicidades, o devir-imigrante nos nativos e o devir-nativo nos imigrantes.

Nesse sentido capturou o rizoma,

É a mesma coisa quanto ao livro e ao mundo: o livro não é a imagem do mundo segundo uma crença enraizada. Ele faz rizoma com o mundo, há evolução a-paralela do livro e do mundo, o livro assegura a desterritorialização do mundo, mas o mundo opera uma reterritorialização do livro, que se desterritorializa por sua vez em si mesmo no mundo (se ele é disto capaz e se ele pode) (DELEUZE, 1995, p.19).

O romance *Karina*, de Virgínia Tamanini, enquanto devir-romance e enquanto literatura menor, capturou a violência do processo de desterritorialização, manifestou um agenciamento coletivo de enunciação e enquanto denúncia da exploração dos ancestrais imigrantes constituiu um significado altamente político, como observamos no fragmento do romance abaixo:

Foram de sofrimento os dias que se seguiram. Tabachi nos conduziu a um barracão comprido, erguido pelo governo à beira-mar: “Hospedaria dos imigrantes”...] Tabachi mostrava-se esquivo e acabou desaparecendo (TAMANINI, 1981, p.25).

A denúncia do traficante de mão-de-obra Pietro Tabachi rendeu à Virginia Tamanini algumas animosidades em relação aos herdeiros do aventureiro e explorador italiano.

É importante salientar que o processo de assentamento do imigrante europeu nas terras capixabas fez parte de uma política do governo imperial e do provincial para ocupar o território, ocupar o imenso vazio demográfico do interior da província. Desta forma, objetivando ampliar fronteiras e fomentar o desenvolvimento regional, por meio de produção de riquezas. Desse modo, a imigração estrangeira na região das serras do Espírito Santo esteve associada às pequenas colônias, cujo objetivo era produzir e buscar a autonomia financeira em pequenos lotes de terra.

Realiza-se, desse modo, uma política de expansão da lavoura cafeeira. Tal política teve duas vertentes básicas: no sul do estado, por meio de “plantation”, grandes propriedades que faziam em larga escala monocultura de café e, por outro lado, no norte, no vale do Rio Doce, em pequenas unidades de produção familiar. Nessas regiões do centro-norte do estado, em particular nas áreas montanhosas, a presença dos imigrantes foi marcante e o crescimento econômico se ampliou.

Os imigrantes desbravaram o interior do Estado, criaram comunidades, como a de Santa Teresa, descrita no romance *Karina*, e constituíram relacionamentos sociais interétnicos que lhes possibilitaram criar alternativas para seu próprio desenvolvimento socioeconômico e cultural, bem como o do local em que se encontravam.

No romance, aparecem tradições italianas profundamente enraizadas no cotidiano capixaba:

Nos jogos de baralho e da bocha encontravam derivativo para a dureza de uma semana de trabalho intenso. [...] No terreiro das bochas - faixa de chão que mandáramos aplainar e socar para a prática do jogo - retiraram as bolas de madeira e levaram queijos do reino para jogar (TAMANINI, 1981, p. 176).

A respeito da relação do imigrante com o meio onde está inserido, Vilém Flusser tem uma interessante reflexão:

[...] que imigrante seja pessoa que abandonou uma situação para integrar-se em outra, portanto pessoa que se abre a uma nova situação a fim de alterar-se e a fim de alterá-la. A imigração é um processo dialético, no qual o imigrante recebe o impacto do ambiente e o ambiente o impacto do imigrante (FLUSSER, 1998, p. 45).

O imigrante mudou o ambiente e foi modificado em contato com a comunidade luso-brasileira. Aqui aprendeu o significado de “sentir saudade”, como “brincar carnaval” ou “comer feijoada”. Assim discute Roberto da Mata em seu ensaio *Antropologia da saudade*: [...] tudo isso demonstra que a saudade é dada coletivamente. Ela está dentro e fora de nós, tal como estamos todos dentro (e fora) de uma imensa saudade coletiva que nos engloba [...] (DA MATA, 1993, p.23).

O imigrante que sentia essa saudade infinita e que vivia em pequenas comunidades onde residiam entre 170 e 200 pessoas, em geral, era autossuficiente. Naqueles espaços, o cotidiano tendia à experiência das próprias famílias, com poucos contatos com outras comunidades, conservando, assim, hábitos coletivos entre gerações. Além disso, por meio de práticas religiosas, os vínculos de vizinhança e de parentesco eram instituídos ou reforçados, e a vida comunitária reforçava a identidade cultural.

A herança dessa formação histórica e cultural no interior do Espírito Santo reflete, ainda hoje, em comunidades como a teresense, a de Venda Nova do Imigrante, entre algumas outras, que preservam uma tradição e uma cultura herdada de seus ancestrais. Portanto, nessas comunidades ítalo-capixabas a italianidade é um elemento de coesão e de identidade.

O Espírito Santo é citado como um dos estados com maior densidade de imigração italiana do Brasil. Existe uma voz corrente, até mesmo na grande mídia, que o Espírito Santo é composto por uma maioria de ítalo-descendentes. Inúmeros sites de associações de italianos no Brasil e no mundo reforçam esse discurso ao indicá-lo como uma das maiores colônias italianas do Brasil. Segundo o site da associação dos piemonteses de Vitória:

Imigração italiana no Brasil teve como ápice o período entre 1880 e 1920 e, segundo dados da Embaixada Italiana do Brasil, cerca de 25 milhões de brasileiros são descendentes de imigrantes italianos, estando espalhados principalmente pelos estados do Sul e do Sudeste do Brasil, quase metade no estado de São Paulo. Assim, os ítalo-brasileiros são considerados a maior população de oriundi (descendentes de italianos) fora da Itália. O Espírito Santo abriga uma das maiores colônias italianas do Brasil. Em 1900, viviam no estado 25 mil italianos. Os imigrantes foram atraídos para o estado a fim de ocupar a região das serras. Os imigrantes foram obrigados a enfrentar a mata virgem e foram abandonados pelo governo à própria sorte. A situação de miséria vivida por esses colonos fez com que, em 1895, o governo italiano proibisse a emigração de seus cidadãos para o Espírito Santo. De qualquer forma, a contribuição italiana para a cultura e economia do estado foi de fundamental importância e, hoje, o estado possui a maior porcentagem de ítalo-descendentes do Brasil. Atualmente vivem no Espírito Santo dois milhões de italianos e descendentes, representando cerca de 60% da população do estado.<sup>6</sup>

A grande questão que devemos indagar é a seguinte: que dados, que pesquisa fundamenta essa afirmativa? Não há em terras capixabas pesquisa que fundamente tal afirmativa. Pelo contrário, existem alguns respeitáveis pesquisadores capixabas que afirmam o oposto. Por exemplo, o saudoso professor Cleber Maciel em sua obra *Negros no Espírito Santo* afirmava que a população negra e mestiça no estado girava em torno de 65%; o ilustre professor Guilherme Santos Neves acreditava serem 70% os capixabas descendentes de portugueses. Por certo, muitas vozes afirmam a italianidade predominante capixaba como a do jornalista Rogério Medeiros, que afirma que 60% dos capixabas são de origem italiana. Como podemos observar, a questão é muito controversa. Buscamos dados atualizados do censo de 2010 no IBGE para observarmos a atual composição étnica do povo capixaba e descobrimos os seguintes dados:

---

<sup>6</sup> Fonte: <http://www.piemontevitoria.org/htm/inicio.htm>. Acesso: 06/08/2011.

## Espírito Santo



### Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010 <sup>7</sup>

|  |           |         |
|--|-----------|---------|
| População residente - Total                        | 3.514.952 | pessoas |
| População residente - Cor ou raça - Branca         | 1.481.678 | pessoas |
| População residente - Cor ou raça - Preta          | 293.334   | pessoas |
| População residente - Cor ou raça - Parda          | 1.708.796 | pessoas |
| População residente - Cor ou raça - Amarela        | 21.956    | pessoas |
| População residente - Cor ou raça - Indígena       | 9.160     | pessoas |
| População residente - Cor ou raça - Sem declaração | 28        | pessoas |

Esses dados só nos permitem afirmar uma realidade mestiça do capixaba, que, por sua vez, resultou numa identidade multicultural. Capixabas, síntese do ser brasileiro, somos mestiços, brancos, negros, indígenas, sem predomínio de nenhuma raça ou cultura. Somos uma grande panela de barro, com temperos diversos, aromas, pimentas e uma boa moqueca de Cioba. Temos o nosso jeito de falar com “gasturas”, nosso sotaque que só os outros ouvem, nossas misturas de ritmos, de congos e sambas e de paixão pelo futebol secular em nossa terra, como demonstra os nossos já quase centenários e tradicionais Vitória Futebol Clube, de 1912, e o apaixonante Rio Branco Atlético Clube, de 1913, o maior campeão de nossa terra.

Conforme Maria Cristina Dadalto, “uma referência para essa diversidade tem como indício uma listagem de sobrenomes organizada a partir da solicitação de 6204 pedidos de cidadania italiana”. Nesses pedidos se constata a enorme miscigenação de descendentes de italianos com vários outros grupos, inviabilizando que muitos sejam identificados pelo sobrenome. A grande maioria carrega sobrenomes de dupla origem ou apenas um ou outro, observamos sobrenomes italianos misturados com português, alemão, polonês, árabe etc.

<sup>7</sup> (Fonte: [http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=es&tema=resultpreluniver\\_censo2010](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=es&tema=resultpreluniver_censo2010). Acesso: 06/08/2011).

O discurso da italianidade do Espírito Santo que afirma a predominância italiana no estado projeta uma representação da identidade capixaba, fundada nos italianos trabalhadores e vencedores, é amparada numa vasta produção literária de descendentes de italianos, na qual se inclui o romance *Karina*, de Virgínia Tamanini, certamente a obra mais conhecida e impactante que narra o testemunho dos primeiros imigrantes italianos em terras capixabas. Uma literatura, associada a uma historiografia capixaba e nacional que, em geral, de forma equivocada, sugere a imigração italiana associada à ascensão social.

É inegável que o italiano foi um elemento importante na formação do povo capixaba, assim como foi também inegável a importância do negro, do indígena e de outros imigrantes como alemães, pomeranos, açorianos, portugueses, libaneses, árabes etc. Afirmar uma italianidade predominante do povo capixaba é pretender transformar a realidade específica de determinadas comunidades do interior capixaba, como por exemplo, Santa Teresa, Venda Nova do Imigrante, Nova Venécia, Ibiraçu, em regra geral. Inegavelmente, tais comunidades ítalo-capixabas, guardam uma profunda italianidade, mas a realidade geral do estado é essencialmente multicultural e mestiça.

Pretender transformar o imigrante italiano em maioria formadora do povo capixaba, em segmento dominante do povo capixaba, é uma maneira de diminuir a potência do devir-imigrante, ou até mesmo, uma tentativa de sobrecodificação ao devir-imigrante, fixando-o na cor branca europeia, com o objetivo de reduzir a luta do povo imigrante na mitologia fundadora de algumas de nossas cidades, as comidas típicas, manifestações culturais e as festas de imigrantes.

Será esta uma tentativa de desviar o foco da saga feita de sangue e multiplicadora de um emaranhado de devires? A maioria dominante não tem devir. O institucional é molar e é incapaz de romper com as estruturas capitalistas que estão na origem de sua desterritorialização e espoliação.

Segundo a ótica apresentada por Deleuze e Guattari, o capitalismo contemporâneo vive em um processo intenso de desterritorialização. O território, a partir desse contexto, não deve ser confundido com um mero espaço geográfico. Ele pode ser



compreendido por uma etnia, uma identidade ou mesmo um simples modo de conceber a vida, apropriado existencialmente por um sujeito ou grupo. Significa dizer que o sistema capitalista é capaz como ninguém de liberar desejos e ações para, em seguida, controlá-los (descodificação e desterritorialização de um lado, e sobrecodificação, reterritorializante de outro). A imigração italiana se coloca dentro deste contexto: um violento processo de desterritorialização e descodificação motivada pela miséria dos imigrantes e pelos interesses capitalistas em jogo, e por outro lado, um processo de sobrecodificação reterritorializante que tenta mascarar a potência do devir-imigrante.

## 9. REFERÊNCIAS:

### 9.1. Fontes Primárias:

BOBBIO, Kátia. **A voz do coração**. Virgínia Gasparini Tamanini: vida e obra. Seleção Notícia Biográfica (cordel); Matuzalém Dias de Moura: estudo crítico. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras. Editora Formar. Secretaria Municipal de Cultura, 2007.

CASTIGLIONI, Aurélia H. **Imigração italiana no Espírito Santo**: o banco de dados/ Aurélia H. Castiglioni, Mauro Reginato. Vitória: Companhia Siderúrgica de Tubarão: UNIMED do Espírito Santo, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: Para uma literatura menor. Trad. Rafael Godinho. Lisboa: Assírio e Alvim, 2003.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: 34, 1995.

DAEMON, Bazilio Carvalho. **História, Descobrimento e Estatística da província do Espírito Santo**. Vitória: Typografia do Espírito-Santense, 1879.

MESQUITA, Letícia Nassar Matos. **A produção literária feminina nos jornais capixabas do século XIX**: a revelação de Adelina Lírio. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999.

PACHECO, Renato. **Estudos Espírito-Santenses**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1994.

Relato do Cavaleiro Carlo Nagar. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana-1895**. Arquivo Público do Espírito Santo. Disponível em: < <http://www.ape.es.gov.br/> >. Acesso: 30 ago. 2010.

SELIGMAN-SILVA, M. (org.). **História, memória, literatura:** o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Unicamp, 2003.

TAMANINI, Virgínia G. **Karina.** 6. ed. Vitória: Editora da Autora, 1981.

TAMANINI, Virgínia G. **Karina.** Museo Degli Usi e Costumi Della Gente Trentina. Tradução: Guido Lorenzi. San Michele All'Adige, 1980.

## 9.2. Fontes Secundárias:

AGABEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz:** o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

ALVIM, Zuleika M. F. **Brava gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALLIEZ, Eric. **A assinatura do mundo:** o que é a filosofia de Deleuze e Guattari? Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.

BAUMAN, Zigmunt. **Vidas desperdiçadas.** Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas:** Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Antoine. **A tradução e a letra, ou, O albergue do longínquo.** Rio de Janeiro: Letras/PGET, 2007.

BERMAN, Antoine. **A prova do estrangeiro.** São Paulo: EDUSC, 2009.

BERTONHA, J. F. **Os italianos.** São Paulo: Contexto, 2005.

BIASUTTI, Luiz Carlos. **No Coração Capixaba: 120 anos de história da mais antiga colônia italiana no Brasil: Santa Teresa-ES.** Belo Horizonte: Barvalle, 1994.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Estudos históricos do Espírito Santo.** Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2006.

BUSATTO, Luiz. **Nomes e raízes italianas.** Vitória: 2010.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

ELTON, Elmo (Org.) **Poetas do Espírito Santo.** Vitória: FCAA, 1982.

FLUSSER, Vilém. **Fenomenologia do brasileiro.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Ática, 1974.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GASPARINI, Sandra. **Santa Teresa: viagem no tempo: 1873-2008.** 2.ed. Santa Teresa: Gráfica GSA, 2008.

GUALANDI, Alberto. **Deleuze.** São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

JAMERSON, Fredric. **Modernidade singular.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

MATA, Roberto da. **Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

MARTINS, José de Souza. **O imaginário na imigração italiana**. São Caetano do Sul: Fundação pró-memória de São Caetano do Sul, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise no Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MORAES, Neida Lucia. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

MORAES, Ormando. **Da Itália ao Brasil História de uma família**. Vitória: FCAA, 1981.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Educacional do Espírito Santo, 1980.

NOVAES, Maria Stella de. **Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1980.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundação cultural do Espírito Santo, 1975.

POSENATO, Julio. **Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1997.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica**. Vitória: Nemar, 1996.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **A modernidade das letras capixabas**. Vitória: UFES-SPDC/FCAA, 1993.

\_\_\_\_\_. **Antologia de escritoras capixabas**. Vitória: Centro de Estudos Gerais, Departamento de Língua e Letras, NPLES, 1998.

ROCHA, Gilda. **A imigração estrangeira no Espírito Santo (1847- 1896)**. Niterói: Mimeo, 1984.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Edufes: Vitória, 1996.

SALETTTO, Nara. **Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre na economia cafeeira do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Mimeo, 1985.

SOARES, Renato Viana. **Spini in fiore: a “nacionalização” das escolas de imigrantes no Espírito Santo, na era Vargas**. Vitória: Darwin, 1997.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1998.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. São Paulo: UNICAMP, 2004.

### **9.3. Fontes Terciárias:**

A GAZETA. **100 anos de colonização italiana**. Vitória: 6 de setembro de 1975.

A GAZETA. **Primeira página e matéria sobre a morte de Virgínia Tamanini**. Vitória: 19 de outubro de 1990.

A GAZETA. **Virgínia Tamanini, sempre lúcida**. Vitória: 20 de outubro de 1990.

ACADEMIA ESPÍRITO SANTENSE DE LETRAS. **Discurso de posse de Virgínia Tamanini**. Vitória: 10 de junho de 1986.

EDITORIAL DO JORNAL. **A província do Espírito Santo**. Vitória: 18 de junho de 1884.

ENTREVISTAS COM ANTIGOS MORADORES DE SANTA TERESA, COLATINA E MARILÂNDIA. **Relato de memórias de famílias imigrantes**. 2011.

REVISTA VIDA CAPICHABA. **A loteria do amor**. Vitória: 15 de março de 1947.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO.  
**Artigo de Maria Stella de Novais**. Nº 6, Vitória: Tipografia Coelho, 1927.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. **Italianos no Brasil**. Ano 6.  
Número 72. Setembro 2011.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO. Nº  
38. **A imigração italiana no Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 1987.